

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 04/2014

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.º Secretário:** - *Otília Raquel Fernandes Lima*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 3.ª Sessão  
27 de junho** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido  
previamente distribuída a todos os membros**
- Outras Presenças:**
- *António José Pires Almor Branco*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *João Maria Casado Figueiredo*

### Verificação de Presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 39 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 56 membros no decorrer da sessão.

### Registo de Faltas e respetiva justificação pela Mesa.

*José Mário Pinheiro Mesquita, Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos, Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Fernando José Lopes Carrazedo e José dos Santos Sousa.*

### Apresentaram justificação de Faltas:

- *José Mário Pinheiro Mesquita:* Sessão de 26 de setembro de 2014.
- *Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos:* Sessão de 26 de setembro de 2014.
- *Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo:* Sessão de 26 de setembro de 2014.
- *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa:* Sessão de 26 de setembro de 2014.
- *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa:* Sessão de 26 de setembro de 2014.
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda:* Sessão de 26 de setembro de 2014.
- *Fernando José Lopes Carrazedo:* Sessão de 26 de Setembro de 2014.
- *José dos Santos Sousa:* Sessão de 26 de setembro de 2014.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

### ----- Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão:*

A Mesa inicia esta sessão, cumprimentando os Srs. Deputados da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, os Srs. Municípes e a Comunicação Social.

### ----- Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro:*

Bom dia a todos.

É apenas para vos transmitir a correspondência que foi recebida e a que foi expedida durante os últimos três meses, bem como das substituições que foram solicitadas.

Do Sr. Deputado *Carlos José Fraga* recebemos uma carta, à qual o Sr. Presidente já respondeu, protestando sobre a recusa ao pedido da certidão requerida em 12/06/2014, sobre a moção apresentada na sessão da Assembleia Municipal anterior.

Da Junta de Freguesia de Abreiro, recebemos o convite para a inauguração do Museu Dr. *Adérito Rodrigues*.

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses recebemos um convite para a Primeira Conferência sobre a Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade, que vai decorrer no próximo dia 15 de outubro.

Do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, recebemos um convite para divulgação, para um encontro Internacional os Municípios na Modernização Educacional e Cultural, que vai decorrer nos dias 12 e 13 de dezembro de 2014.

Recebemos um e-mail da Sr.ª Deputada *Alzira Ramos*, a informar que por motivos profissionais não podia comparecer à Assembleia do dia 26 de setembro e pedia a sua substituição.

Recebemos também da Diretora do Museu da Assembleia da República, Dr.ª *Cátia Mourão*, que agradece o exemplar do livro editado pela Assembleia Municipal de Mirandela, que lhe foi enviado.

E ontem recebemos uma informação do Sr. Deputado *Nuno Sousa*, que por motivos profissionais não pode estar presente na Assembleia que vai decorrer hoje.

Relativamente às substituições, o Sr. *Fernando Paulo dos Santos Costa*, vem substituir a *Maria Eduarda de Freitas Neiva Rosa*.

A Sr.ª *Ana Lúcia Pimpão* vem substituir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, *José dos Santos Sousa*.

Finalmente, não foi possível substituir a Dr.ª *Alzira Ramos*, apesar de envidarmos todos os esforços, convocando para o efeito a Dr.ª *Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo*, ela aceitou, mas à última hora enviou um e-mail, informando que lhe adoeceu um familiar e por esse motivo, não poderia comparecer.

### **1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 3.ª Sessão Ordinária de 27 de junho de 2014.**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Sendo assim, passávamos para o primeiro ponto. Leitura e discussão da Ata da Sessão Ordinária de 27 de junho de 2014.

Sr. *David Garrido*, faça o favor.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Bom dia Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo.

Relativamente à ata, eu queria referir o seguinte:

A ata é de 27 de junho. Nos Membros em falta e nas justificações de faltas, não vem citado o meu nome.

Pese embora, em baixo diz: “*Recebemos uma carta do Sr. Deputado David Garrido, que por motivos pessoais não pode estar presente*”, mas não diz para que sessão é.

Também há uma situação: “*Deliberação – A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade justificar as faltas mencionadas*”

Mas deliberou, quando? Porque as faltas mencionadas são todas de 27 de junho.

Depois, a Assembleia Municipal não tem que justificar faltas, quem justifica as faltas, é a Mesa.

Eu pretendia saber, se a Mesa me justificou a minha não vinda no dia 27 de junho e gostava que viesse inserida na ata a justificação.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

A Mesa terá isso em consideração.

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Muito bom dia Sr. Presidente, Srs. Secretários e Srs. Deputados.

Esta minha intervenção, sobre esta ata, Sr. Presidente, é feita naquela maneira que me é peculiar, em tom suave, mas com um fundo inconformado.

Iremos votar dentro de momentos esta ata da última reunião de 27 de junho.

Vêm aqui nesta ata e bem, algumas adendas procedentes da sessão do dia 25 de abril, que estavam em falta, mas no meu caso em concreto, continuo a dizer que nessa célebre sessão do 25 de abril, que foi uma sessão longa, muito trabalho e que a moção que eu apresentei, de congratulação à Assembleia de Deus de Mirandela, em meu entender, foi mal entendida, (nem estou a culpar o plenário), por três ou quatro vezes que se prontificaram e que terão induzido eventualmente a essa mesma incompreensão.

Sucedeu que eu protestei na última assembleia, o facto de a Moção não vir transcrita em ata e o Sr. Presidente afirmou aqui, que efetivamente aquilo que se diz, regra geral é transcrito para a ata.

Falava-se em reprodução, reproduzir de que forma, não vejo que esteja consultável em termos públicos para quem quer que seja, nada se diz sobre isso.

Como o Sr. Presidente sabe é uma situação que eu já protestei.

Aceito a justificação de V. Ex.ª, mas eu não me posso conformar que nesta adenda que aqui vem nesta ata, não conste a transcrição integral daquilo que eu apresentei em documento escrito e que foi lido nesta Assembleia.

Vou aqui frisar até, alguém que é grato à memória de todos nós “*Luther King*”, que disse um dia que “*quem aceita o mal sem protestar, coopera realmente com ele*”.

Eu não posso cooperar Sr. Presidente, com esta lacuna. Desculpe V. Ex.ª, desculpe todo o plenário, mas não posso.

Não quero desvirtuar tudo o resto que vem na ata, tudo aquilo que se passou corresponde à verdade, as adendas, tudo certo, mas estamos perante uma situação enfeitada, há uma falta de verdade, portanto a minha dificuldade extrema, que até encontro neste momento, para conseguir votar esta ata.

Sr. Presidente, ou vou votar contra só por isto que acabei de dizer, ou então, pura e simplesmente, eu não votarei a ata.



----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Claro que a decisão do voto é pessoal, é íntima, é da responsabilidade e da consciência de cada um de nós, mas devo transmitir aos Srs. Membros desta Assembleia que é preocupação, vontade e é dever da Mesa, de elaborar as atas de acordo com as regras regimentais e com aquilo que vamos melhorando.

Há-de haver sempre episódios mal percebidos, mal realizados, mas nós cá estamos com a nossa responsabilidade e com a nossa preocupação em melhorar, para fazermos como as coisas devem ser.

Julgo que este episódio com o Sr. Deputado *Carlos Fraga*, o considero ultrapassado.

A carta que o Sr. Secretário informou os Srs. Membros da Assembleia está aberta, é consultável. A troca de impressões entre as preocupações do Sr. Deputado e a resposta da Mesa. Portanto, eu julgo que nós vamos andando, vamos caminhando e vamos fazendo o nosso melhor.

De modo que, julgo estarmos agora em condições de procedermos à votação da ata anterior.

Não deteto nenhum movimento de braço.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Mesa retira desta ata a deliberação por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Isso é um erro que vamos corrigir, porque é perceptível que não é esse um processamento regimental e portanto a falta está automaticamente retirada.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

E a minha falta é justificada?

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

A sua falta é justificada.

Deputado *David Garrido*, tem que haver também da parte de todos os Membros da Assembleia, uma compreensão pelo trabalho da Mesa.

Eu, não só gostava, como recomendava aos Srs. Membros, se tiverem tempo para o efeito, que se aproximem do labor da Mesa. É um trabalho dedicado, às vezes, permitam-me a expressão “enfadonho”, mas tem que ser feito, para transcrever a realidade e a verdade das assembleias.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Isto não é uma crítica, de forma negativa, é positivo aquilo que eu estou a transmitir

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Sr. Deputado, a Mesa aceita todos os comentários e aqueles que porventura sejam adjetivados de crítica, nós entendemo-los sempre como uma tentativa de melhoria. Esse é o nosso espírito.

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, em respeito de V. Ex.ª e da Mesa, em respeito de todo o plenário e em nome da verdade, neste momento, entendo retirar-me e não participar na votação.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata da 3.ª Sessão Ordinária de 27 de junho de 2014.**

----- **Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

Bom dia Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha abstenção vai no sentido de eu não ter estado presente na última Assembleia.

## 1.º Período de Intervenção do Público

### 2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão**

Há algum Sr. Múncipe que esteja presente e que queira intervir?



Faça favor Sr. Múncipe.

----- **Múncipe, Sr. António Maurício:**

Muito bom dia Srs. Presidentes e toda a Assembleia.

Eu, António Maurício, morador na Rua de S. Tomé, n.º 54 – Abambres.

Venho aqui a pedir o que me foi prometido no comício em Abambres, pelo Sr. Presidente da Câmara. Já há dez anos que me desarranjaram a entrada principal, da minha casa, pelos trabalhos da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara disse-me para vir aqui à Câmara, no fim das eleições, com o Sr. *Daniel Araújo*, como o Sr. *Daniel Araújo* não ganhou as eleições, resolvi a vir sozinho, porque não nomeou ou com o Sr. *José Madureira*, ou com o Sr. *Daniel Araújo*.

Ora, eu venho aqui a esclarecer que estou sempre à espera que me arranjam a minha entrada. Até aqui não me fazia diferença, mas a partir de três ou quatro anos, faz-me muita diferença, porque estou incapacitado, não posso sair com a minha cadeira de rodas para entrar para o carro, quando venho aos doutores. Já ia caindo duas vezes. Peço que haja um pouco de consideração pela dignidade dos idosos e dos incapacitados.

Eu espero uma resposta, “sim” ou “não”, se me arranjam a minha entrada.

Muito obrigado e espero uma resposta.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Com certeza, nós é que agradecemos a sua participação e o seu exemplo.

Faça favor Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Bom dia Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma saudação para esta Assembleia.

Em relação ao Sr. *António Maurício*, como ele sabe, esteve comigo no meu gabinete, também gostaria que fosse justo, porque eu não lhe prometi nada nesse comício. Prometi apenas recebê-lo e foi o que fiz. Esteve no meu gabinete comigo, ouvi tudo aquilo que tinha a dizer e transmiti a sua informação aos técnicos municipais, que me informaram que a situação à frente da sua casa, tem a casa calcetada, o problema do acesso, é um problema que tem que ser resolvido, do interior para o exterior. Não vi no local, mas acredito que a informação técnica que me foi dada, é verdadeira e não vou fugir dessa informação.

Quando se trata de problema de dentro para fora, não compete à Câmara resolvê-lo, esteve comigo no meu gabinete, ouvi tudo o que me tinha a dizer e transmiti isso aos técnicos, que avaliam no local as respetivas informações. A informação deles é “não”, o não é a resposta que tem.

### Antes da Ordem do Dia

#### **3– Período de Antes da Ordem do Dia.**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Estão abertas as inscrições.

Pedia aos Srs. Membros da Assembleia o favor de se inscreverem, seguindo os moldes habituais. Depois a Mesa pronunciará os nomes, para dividir o tempo.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

Estão inscritos para o Período de Antes da Ordem do Dia, os seguintes Deputados:

*David Garrido; Carlos Fraga; Dinis Veiga; Faustino Cunha; António Figueiredo e Rita Messias.*

São seis, cabendo 10 minutos a cada um.

----- **Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reitero os votos de bom dia e de boa sessão.

Eu vou ler uma Moção que vou apresentar e depois será votada na altura própria.

#### **“Moção**

#### **Água: Um bem público e essencial à vida.**

A água é um recurso natural indispensável à vida e de importância fundamental para o desenvolvimento do país. O direito à água e ao saneamento é essencial para a concretização de todos os direitos humanos. Pela sua importância para cada um de nós e para o nosso futuro coletivo, a água deve ser gerida unicamente por organismos públicos, na ótica de um serviço público e no interesse de todos.

Como é público está em marcha um plano dos concelhos que compõem a CIM-Trás-os-Montes, que vai ao encontro das intenções do Governo, para pôr em causa o serviço público distribuição de água, num processo com sérias implicações na região e sobre o qual, a CDU chama a atenção dos eleitos nesta Assembleia.

Considerando que a água é um bem público essencial à vida e que a gestão pública da água é um exercício de soberania da qual nenhuma parte do território deve ser amputada;

Considerando que as consequências da entrega da gestão da recolha e tratamento dos resíduos sólidos à Resíduos do Nordeste e consequente concessão do serviço a empresas privadas implicou um aumento significativo na fatura a pagar pelas populações, nomeadamente no concelho de Mirandela, assim como uma degradação do serviço prestado às populações, nomeadamente no concelho de Torre de Moncorvo.

Assim e considerando que a decisão do executivo em transferir para a Resíduos do Nordeste, ou para outra qualquer entidade, a gestão deste importante bem público tem de passar por esta Assembleia Municipal, cabe a cada um dos seus membros assumir as suas responsabilidades com o seu voto, transferindo ou não a gestão pública da água.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 26 de Setembro de 2014, delibera:

1. Alertar as populações para o aumento generalizado dos tarifários e das taxas associadas ao consumo de água, ou seja, um aumento significativo do valor da fatura a pagar pelas famílias e empresas;
2. Rejeitar este caminho de privatização dos serviços de água e saneamento e afirmar a sua posição em defesa da água como um bem público e um serviço essencial que deve ser gerido unicamente por organismos públicos.”

Esta era a Moção.

Relativamente a uma situação que se passou aqui, em Mirandela.

Tendo sido aprovadas há pouco tempo as novas taxas sobre a publicidade, ficando de fora e bem, a publicidade partidária, foi com enorme perplexidade que vimos retirado por este executivo, a propaganda colocada em mupis e pendões, do PCP. Não há história de ter acontecido em Mirandela. Será que este Executivo não lida bem com a democracia? O PCP e eu próprio, repudiamos tal atitude, apesar de ter sido enviada uma carta registada com aviso de receção, nunca se obteve resposta, tendo sido o PCP, depois de justificações nada convincentes, a levantar os mupis e a recolocá-los.

De quem foi a ordem dada aos funcionários, é o que gostaríamos de saber, pelo executivo.

O PCP respeita as leis, não admite situações análogas.

----- **Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente reitero os meus votos de bons dias e de bom trabalho para todos nós.

Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores em regime de permanência, o Sr. Vereador em regime de não permanência e alguns elementos do público presentes.

Aproveitava então este ponto que é referente a assuntos pertinentes de interesse para todos nós e para o nosso Município.

Queria em primeiro lugar, deixar aqui em meu nome pessoal, um voto de louvor à Confraria de Nossa Senhora do Amparo, na pessoa do Sr. Juiz Presidente e também Deputado desta Assembleia Municipal, “*Silvio Santos*” e a toda a sua equipa, pelo brioso trabalho que em meu entender, foi feito no evento grande, grandioso, o maior do nosso concelho, da nossa cidade, que foram as festas em honra de Nossa Senhora do Amparo, Padroeira desta cidade. Decorreram de uma forma alegre, elevada, a equipa bastante coesa, portanto se fosse permitido dar nota, eu daria nota máxima, com todas as contingências. Claro que, com a colaboração de diversos agentes locais, que é louvável também. Estão de parabéns e dou nota 20.

Igualmente também o meu apreço pelas outras festividades que foram realizadas na cidade, a mais recente em honra de S. Sebastião, à Comissão que se empenhou, à população, aos mesmos agentes locais que contribuíram e igualmente à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Ó, presidida por um nosso ilustre Deputado Municipal, “*Pedro Beato*”, ajudado em equipa e que também decorreu de uma forma bastante digna, com bastante esforço de todos.

E de uma maneira geral, as festas decorreram um pouco por todo o concelho. Em algumas participei, noutras não pude participar, mas é bom que haja esta motivação, que haja desta alegria, esta cor, já que o nosso mundo rural, depois de passar agosto e parte de setembro, fica muito sombrio.

A todos os que tiveram essas iniciativas louváveis, este meu voto pessoal de louvor.

Agora, queria Sr. Presidente, colocar através de V. Ex.ª, através da Mesa, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, o seguinte:

O ponto da situação relativo a um caminho de acesso à Quinta do Pinhal e a uma exploração de coelhos, na localidade de Frechas.

Segundo julgo saber, trata-se de um problema já conhecido pelo Sr. Presidente. O Sr. Presidente, é Presidente há mais ou menos um ano, mas já exercia funções como Vereador.

Não pondo em causa a natureza privada do empreendimento da Quinta do Pinhal, assim como o da exploração de coelhos, a verdade é que estamos a falar de um problema que existe numa freguesia do nosso concelho e como tal, merecem, em meu entender, tratamento e acompanhamento público.

Sabemos Sr. Presidente, quanto nos custa viver neste nosso interior, o quanto nos dói a desertificação humana das nossas aldeias. Da preocupação que julgo comum, em inverter ou atenuar a referida desertificação. Da necessidade imperiosa em criar investimentos para fixar as pessoas, especialmente as gerações mais jovens, que são o futuro e a nossa grande esperança, na constituição de futuros agregados familiares nas nossas aldeias, o grande pilar em que teremos que apostar, que pode colocar um travão na tal desertificação humana do nosso território rural.

Em conclusão, eu quero dizer, Sr. Presidente, quer a Quinta do Pinhal, quer a tal exploração de coelhos em Frechas, são realidades presentes, de investimentos, que apostam na criação de postos de trabalho, que pretende fixar pessoas naquela localidade e que, naturalmente gera riqueza.

Todavia, pelos vistos, há pelo menos 10 anos, que lutam em vão por um acesso condigno, pelo que questiono que merecimento perante estes argumentos e esta fundamentação que eu apresento e questiono, naturalmente, que merecimento, que atenção, que resolução se oferece dar V. Ex.ª, em resposta.

----- **Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras muito bom dia e um bom dia de trabalho.

O grupo parlamentar do PSD quer deixar aqui na Assembleia Municipal o reconhecimento e todo o seu apoio:

- a) Ao Dr. *Vitor Esteves* pela sua eleição como novo Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela;
- b) A *David Martins*, aluno do 12.º Ano da Escola Secundária de Mirandela, que conquistou mais uma medalha para adicionar à sua longa lista de distinções (4 medalhas de Ouro; 3 Medalhas de Prata e 2 Medalhas de Bronze) ao ser vencedor de uma Medalha de Prata das Olimpíadas Internacionais de Matemática que decorreram na África do Sul, na cidade do Cabo;
- c) Ao *Luís Carlos Hermeiro* do IPB, ao vencer o concurso Logomarca CIM-TTM, da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-Os-Montes;
- d) Ao Protocolo de Cooperação entre a PSP e a Câmara Municipal de Mirandela que visa o apoio ao Modelo Integrado de Policiamento de proximidade/ciclo-patrolhas. Este Protocolo permite desenvolver uma relação próxima e sustentável com os cidadãos e comunidades locais e, por outro lado, combater os fenómenos criminais que provocam maior alarme social.

É de aplaudir e apoiar estas formas de cooperação.

O grupo parlamentar do PSD presta a sua homenagem e satisfação pelo 25.º Aniversário da elevação de Torre Dona Chama a Vila bem como o 727.º (septingentésimo vigésimo sétimo), Aniversário de atribuição do primeiro foral de D. Dinis.

Aos munícipes desta freguesia, na pessoa do seu Presidente da Junta de Freguesia ao qual pedimos que numa próxima Assembleia de Freguesia lhes transmita a nossa satisfação.

O grupo parlamentar do PSD ficou satisfeito com a abertura da Unidade de Cuidados Continuados “*João Paulo II*” da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, localizada no Hospital Terra Quente.

São 30 camas contratualizadas, das 43 camas existentes, que servirão uma unidade de média duração e reabilitação e uma unidade de longa duração e manutenção.

A todos os que contribuíram para que isto se tornasse uma realidade todo o nosso reconhecimento.

----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Bom dia Sr. Presidente da Mesa, respetiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

É muito simples: eu gostava de refletir convosco, sobre um aspeto.

Qualquer cidadão que se queira informar sobre a vida autárquica do Município, quer residente no Continente, quer na diáspora, como emigrante e sempre desejosos por acompanhar o que se vai passando, têm a possibilidade através do sítio: [www.cm-mirandela.pt](http://www.cm-mirandela.pt), de acompanhar o que mais ou menos se vai fazendo na Autarquia.

Assim, dentro de uma política de transparência assumida pelo Município, pode ter acesso às atas, reuniões do Executivo, à Agenda Cultural e a muitas outras coisas.

E através do espaço para a Assembleia Municipal, também tem acesso às atas da Assembleia Municipal.

Por enquanto, só isso.

E eu gostaria de refletir convosco, uma vez que dentro do sítio do Município, também se encontra informação no que respeita às Juntas de Freguesia, que de uma maneira geral se tem situado apenas na constituição dos detentores dos Órgãos das Juntas de Freguesias e espaços geográficos e demográficos sobre a Freguesia.

Gostaria de colocar à vossa consideração se não seria de se pensar em que as atas, pelo menos das Assembleias de Freguesia pudessem ser enviadas para fazer constarem no sítio da Câmara Municipal de Mirandela. Era uma forma também de poder explicitar o que se vai fazendo nas juntas de freguesias.

----- **Deputada Municipal, Rita Messias (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia a todos.

Venho aqui falar, tal como o Sr. Deputado *David Garrido*, da CDU, de um bem essencial e fundamental á vida, a “água”E venho também apresentar uma moção.

**“Moção**

A água é um recurso natural essencial e escasso, pelo que a sua gestão deverá assentar em princípios universais e não apenas em objetivos puramente económicos.

A transposição da diretiva comunitária 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro para a legislação nacional ocorreu com a publicação da Lei 58/2005 de 29 de dezembro (Lei da Água), que estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água. O artigo 2.º, desta Lei, refere que a gestão da água deve observar os seguintes princípios:

- a) **Princípio do valor social da água**, que consagra o acesso universal à água para as necessidades humanas básicas, a custo socialmente aceitável, e sem constituir fator de discriminação ou exclusão;
- b) **Princípio da dimensão ambiental da água**, nos termos do qual se reconhece a necessidade de um elevado nível de proteção da água, de modo a garantir a sua utilização sustentável;

c) **Princípio do valor económico da água**, por força do qual se consagra o reconhecimento da escassez atual ou potencial deste recurso e a necessidade de garantir a sua utilização economicamente eficiente, com a recuperação dos custos dos serviços de águas, mesmo em termos ambientais e de recursos, e tendo por base os princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador.

Pese embora o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamentos de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos estar previsto no Decreto-Lei 194/2009 de 20 de agosto, o mesmo já teve algumas alterações, nomeadamente pela Lei n.º 12/2014.

Esta nova lei altera substancialmente os regimes de faturação e de contraordenações do regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento e águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Atribui à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos o poder de fixar as tarifas dos sistemas municipais de água e de saneamento.

O executivo PSD da Câmara Municipal de Mirandela apresentou a votação em reunião do executivo em Agosto de 2012, um acordo de transação com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), comprometendo-se a efetuar um pagamento de dívida não regularizada até ao ano de 2017, em 60 prestações mensais - 5 anos, que incluía juros financeiros à taxa de 7,64.

A Empresa ATMAD - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, reclamava um montante de 4.140.056,95€ (quatro milhões cento e quarenta mil e cinquenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos) e a Câmara Municipal de Mirandela reconhecia como dívida 3.343.231,02€ (três milhões trezentos e quarenta e três mil duzentos e trinta e um euros e noventa e cinco cêntimos), existindo uma diferença de 796.825,93€ (setecentos e noventa e seis mil oitocentos e vinte e cinco euros e noventa e três cêntimos). Este acordo representa um custo para o Município - a pagar só a dívida reconhecida pelo executivo - de 5.704.665,19€ (cinco milhões setecentos e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco euros e dezanove cêntimos). *Só de Juros, em 5 anos - de 2012 a 2017 - os Mirandelenses estão a pagar 2.400.000,00€ (dois milhões e quatrocentos mil euros) à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, conforme referido na ata de reunião de Câmara n.º 8/2012, de 27 de agosto, páginas 27 e 28.*

Segundo notícia avançada pelo jornal Nordeste do dia 16 de Setembro de 2014, foi pedido um estudo de viabilidade económica, pela Comunidade Intermunicipal (CIM) de Terras de Trás-os-Montes, à Resíduos do Nordeste, para esta fazer o serviço de águas e saneamento, em baixa, e não aderir ao sistema de verticalização proposto pela Águas de Trás-Os-Montes e Alto Douro. Com esta decisão os Municípios pretendem poupar dinheiro na gestão da água que é distribuída às populações, uma vez que entendem que a proposta apresentada pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro iria aumentar o preço da água pago pelas populações. Caso o estudo garanta a viabilidade económica, a maioria dos Municípios estão disponíveis para aderir a este novo projeto, adianta a mesma fonte.

Julgamos ser de extrema importância vincular as questões relacionadas com o futuro da gestão da água do Município, um recurso essencial à vida, à decisão conjunta desta Assembleia Municipal.

A gestão em baixa poder ser assegurada pela empresa intermunicipal, Resíduos do Nordeste, objetivo para o qual alterou o objeto social da empresa, potenciaria a capacidade de intervenção do Poder Local, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, na fixação das tarifas a pagar por cidadãos e empresas de Mirandela. Além disso, a empresa em causa constituiria um ativo fortemente valorizado e tendo esta, sede em Mirandela, irá contribuir também para a dinamização deste Município, em termos sociais e económicos.

A privatização das Águas de Portugal, hipótese já avançada, colocaria em causa a sustentabilidade do nosso sistema e quem teria que pagar, sem capacidade de negociação dos responsáveis políticos locais, seria o Município. No entanto o acordo da cessação da dívida, pela manutenção da gestão dos serviços de distribuição de água do Concelho, pela Empresa ATMAD, permitiria que a Câmara Municipal, não precisasse de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, mas colocaria nas mãos da Empresa ATMAD o futuro de um recurso público.

Os resíduos e a água são grandes setores estratégicos nacionais. O tema da água é decisivo para o nosso Concelho. Vale a pena investir em soluções que garantam o nosso futuro, não facilitando no que é mais favorável à governação no curto prazo.

Governar é ver mais longe e assegurar o futuro das populações.

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mirandela assume a seguinte tomada de posição pública:

- a) Defender a discussão das soluções na gestão da água;
- b) Solicitar que seja facultado a esta Assembleia Municipal o ponto de situação do acordo de transação celebrado em 27 de agosto de 2012, e facultar eventuais adendas celebradas posteriormente, caso existam, decorrentes de alterações do mesmo.
- c) Propor a suspensão de quaisquer contratualizações com vista a aderir ao sistema de verticalização proposto pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, até à apresentação do resultado do estudo de viabilidade económica, solicitado à Resíduos do Nordeste;
- d) Não ser concessionado o sistema de serviço de águas e saneamento, em baixa, do Município, sem uma avaliação independente do seu real valor;
- e) Solicitar a este Município que faça todas as diligências de modo a que a sede da empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste permaneça em Mirandela;
- f) Assegurar, em futura concessão de serviço de águas e saneamento, em baixa, a manutenção dos postos de trabalho dos serviços Municipalizados de Águas.

Propõe-se que a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 26 de Setembro de 2014, delibere:

Dar conhecimento da presente Moção aos vários Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e aos Ministros da Tutela.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara, se pretende usar da palavra.



----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

Há duas questões semelhantes, relacionadas com a água, levantadas pelo Sr. Deputado *David Garrido* e pela Sr.ª Deputada *Rita Messias* e falaria disso no final.

Em relação aos mupis da festa do Avante, do Sr. *David Garrido*, as ordens são minhas, os funcionários municipais têm ordens diretas minhas, para que todos os dias de manhã, quando fazem a circulação por Mirandela, retirem todos os pendões de qualquer instituição. Não é apenas para o Partido Comunista, nem para a festa do Avante.

Todos os dias, o carro que circula em Mirandela, chamamos-lhe nós “carro dos sacos” que é o carro que anda a verificar se os caixotes estão devidamente vazios, se encontrar um pendão, uma tarja ou outra coisa semelhante, têm ordens para retirar imediatamente, se antes não tiver existido uma comunicação com os Serviços Urbanos, determinando o local onde esses pendões são colocados, que é assim que deve ser feito.

Eu dou-lhe um exemplo, político também, que aconteceu connosco e a partir daí nunca mais tivemos problemas e pode verificar isso, que tem acontecido com a CGTP, quando são as greves gerais.

Tivemos uma situação exatamente igual. Foram colocados os pendões em diversos locais, nós retirámos os pendões e foram removidos. E hoje, cada vez que existe uma comunicação de uma greve geral ou outra situação qualquer, a CGTP contacta os nossos serviços, determinam-se os locais onde ficam os pendões e imediatamente são retirados.

Esta é uma instrução para todas as instituições. Aqueles que não comunicam imediatamente lhe são retirados.

Não foi algo que tenha a ver com a Festa do Avante. A responsabilidade é minha, exclusiva, porque os funcionários têm instruções claras, que quando existem pendões, tarjas e outros elementos amovíveis no espaço público, sem a nossa informação prévia e sem a nossa preparação prévia, eles têm ordens minhas, diretas de os retirar.

A resposta ao Sr. Deputado *Carlos Fraga* sobre a Quinta do Pinhal, quase me dava vontade de pedir a cada um dos Presidentes de Junta que estão nesta Assembleia, que venham aqui dizer, quais são as necessidades da sua freguesia.

Não deve haver um único aqui, que não tenha necessidades na sua freguesia.

Mas também por uma questão de respeito, é com eles que nós determinamos quais são as prioridades na sua freguesia. E as prioridades são organizadas, são estabelecidas e depois vão sendo aplicadas conforme existe essa prioridade.

Falar de um caso em específico, compete-lhe a si, não me compete a mim. Eu olho para a freguesia de uma forma unânime e geral e depois existe, a prioridade que é feita em conjunto com a Junta de Freguesia. Muitas das vezes, a iniciativa vai da Junta de Freguesia, que paga a mão-de-obra e nós fornecemos o material, por iniciativa da Junta de freguesia.

Nunca a Câmara se substitui ao Presidente de Junta ou à Junta de Freguesia e vai a um local e faz um trabalho sem essa coordenação. E principalmente o que se faz é de acordo com a prioridade.

Eu podia vir aqui dizer-lhe que tenho conhecimento, nessa freguesia, de situações que envolvem mais pessoas, que envolvem mais população, que são iguais. Podia falar mesmo em Mirandela, onde temos bairros periféricos que também têm essa necessidade.

As prioridades estão a ser estabelecidas e irão ser feitas, não de acordo com a mediatização que é feita de qualquer caso, mas principalmente de acordo com as prioridades que são estabelecidas.

Em Frechas, em Mirandela e em qualquer freguesia deste concelho, é com os Presidentes de Junta que nós estabelecemos essa prioridade e principalmente, para lá desse aspeto, em função das disponibilidades que quer a Junta, quer a Câmara Municipal possam ter nessas intervenções.

Sobre a página da Câmara Municipal, iremos brevemente proceder à alteração de um conjunto de circunstâncias do ponto de vista da página, isto é para não dizer a página toda e ela poderá ter uma maior flexibilidade.

Estamos a contar que esta nova plataforma – está a ser ainda avaliada, não podemos vincular-nos à sua contratação – possa de alguma forma responder a uma maior flexibilidade da utilização. Para lá do “depósito”, digamos assim, também termos mais informação.

As freguesias hoje em dia, realmente têm pouca informação no nosso site, também tenho que o dizer aqui, que há freguesias a quem foi solicitada informação para ser atualizada e ainda hoje não temos essa informação, pelo que, solicito que de alguma forma isso aconteça.

Esperamos brevemente que o nosso site sofra uma remodelação bastante significativa. Essa remodelação não é só no sentido gráfico, da imagem, do site em si, irá também no sentido da flexibilização da sua utilização.

Neste momento temos alguma dificuldade na criação de notícias e da atualização constante das notícias e se vocês verificarem, entre páginas de redes sociais como o Facebook, a notícia tem outra velocidade que tem o site e não deve ser assim, o site deve ter a mesma velocidade e isso hoje não acontece, porque a plataforma que nós temos, tem algumas dificuldades em termos técnicos, mas vai ser alterada brevemente.

Parece-me que a sugestão do Sr. Deputado *Faustino*, é uma boa sugestão, a nossa disponibilidade é total, as atas serem publicadas e outra informação. O que vamos tentar é que isso seja feito de uma forma mais flexível.

Passo agora à parte das águas.

Acho interessante, algumas Moções que aqui aparecem, descritivas e profundamente dotadas de informação, sobre coisas que realmente competem a esta Assembleia e à Câmara Municipal.

Desde logo, a primeira questão tem a ver com a notícia que saiu no jornal.



Recordo, - para que fique claro, aqui nesta Assembleia – que eu, além de ser membro do Conselho Diretivo da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, participo nessas reuniões, sou também Presidente do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste.

Se alguém tem acompanhado este assunto e nele tem participado, é o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que vos pode dar alguns esclarecimentos.

Rejeito liminarmente que a Resíduos seja um mau exemplo na gestão de resíduos e naquilo que seja a junção. Não vamos confundir a Resíduos com a EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A.

A Resíduos é uma empresa intermunicipal, participada por 13 Municípios, que resolveu problemas ambientais gravíssimos e que neste momento baixa os custos da recolha de posição e tratamento de resíduos na nossa região. Porque se nós não tivéssemos uma solução, tínhamos que recolher os resíduos, transportá-los para o litoral e pagar a valorização numa incineradora, numa Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, a empresa Resíduos do Nordeste está a fazer esse trabalho.

A Resíduos do Nordeste tem vindo num percurso de aumentar a qualidade de atendimento e não haja ninguém aqui que não diga que a qualidade de atendimento tem aumentado, nomeadamente ao nível da recolha, ao nível da capacidade de recolha, ao nível da reciclagem e também ao nível do tratamento em aterro, onde uma pequena recente unidade, que é a unidade dos orgânicos, vem reduzir a tarifa, em vez de aumentar a tarifa.

Agora, há um percurso ambiental que é preciso fazer, do qual não podemos fugir. Recordo e gostaria de ver aqui debatido, que o Persu - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, que agora foi publicado, determina que no mínimo, cada pessoa tenha que ter um nível anual de reciclagem de 42 kg e nós temos 17 kg. E eu interrogo-me...como é que numa região da nossa densidade vamos atingir os 42 kg, porque é o que está nas determinações e isso é que nós temos que começar a debater, o que é que são os indicadores que são feitos para o país e que prejudicam regionalmente a nossa região.

O que é que estamos a fazer para respondermos a isso? Porque nós temos obrigações no interior, como tem o litoral. Eu julgo que antes de nós termos em causa a Empresa de Resíduos, devemos ponderar aquilo que ela faz, devemos ponderar a qualidade e o atendimento daquilo que ela faz neste momento e devemos ponderar qual é o caminho que está a ser feito em todo o mundo, não é só aqui, sobre esta questão dos resíduos.

Devemos ponderar porque é que a EGF foi efetivamente privatizada e a Resíduos do Nordeste nunca o poderá ser, repito “a Resíduos do Nordeste nunca poderá ser privatizada” a menos que os treze concelhos, que são os acionistas, (a estrutura não é bem assim, são três Associações de Municípios) possam de alguma forma prescindir da Resíduos.

Em relação à água, o que aconteceu foi muito simples:

A Resíduos do Nordeste disponibilizou-se para fazer um estudo de viabilidade económico financeiro às câmaras da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para avaliar a possibilidade de fazer uma empresa intermunicipal, não foi ao contrário, nem foi decidido que vai ser a Resíduos a fazê-lo. Eu vou repetir outra vez “a Resíduos do Nordeste disponibilizou-se para fazer um estudo de viabilidade económico financeiro, para avaliar a possibilidade de haver uma gestão conjunta na água”. E é isso que está a acontecer e nunca poderia haver outra decisão, porque qualquer Município tem por si responsável a concessão da água e saneamento e neste caso os resíduos também, sendo que, o que está aqui em causa é a água.

Isto significa que o ponto da situação, é que a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, solicitou à Resíduos do Nordeste a realização desse estudo de viabilidade económico financeira e é o que está a acontecer.

Quanto às Águas de Trás-os-Montes, eu devo falar aqui todos os anos e pelos vistos não sou ouvido.

Se forem buscar os documentos do último Relatório de Contas, podem verificar que existe um défice tarifário bruto, neste momento, de cerca de um milhão e duzentos mil euros, todos os anos existe um défice tarifário bruto, isto é: entre o que cobramos de a água e o saneamento e o que pagamos em água e saneamento, há um défice bruto. Basta pegar nos documentos da Câmara.

Mas também nesse Relatório de Atividades ou no Plano que vamos trazer aqui no final do ano, que trouxemos o ano passado, constam todos os acordos de dívida, porque é obrigatório, todos os acordos de dívida da Câmara, todos os acordos de dívida que a Câmara faz, têm que vir aqui a esta Assembleia e estão nesses documentos, bastava lê-los para saber o ponto da situação.

Não existe outra competência que não seja a desta Assembleia, em aprovar esses documentos.

Existem propostas? Existem muitas propostas. Existem negociações? Existem muitas negociações e vão continuar a existir, quer com o sistema em alta, quer com esta situação da Resíduos do Nordeste.

Agora, é no mínimo ridículo, pensar que em cinco milhões de dívida, em dois anos, temos dois milhões de juros. Eu já ouvi falar em juros altos, mas de 50% nunca ouvi falar.

Agora, se existem propostas? Existem. São analisadas? São analisadas. O que acontece é que todos nós sabemos, porque a questão que nos preocupa não é o Decreto-Lei da faturação. O Decreto-Lei da faturação vai determinar a forma como a faturação vai ser transposta para o documento.

Tenho pena que não tenham lido a estrutura orgânica da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. A estrutura orgânica da ERSAR que foi aprovada recentemente, o estatuto orgânico e o estatuto legal, diz que a ERSAR, no prazo de dois anos, faz a avaliação dos tarifários dos Municípios, ou das entidades gestoras (podem não ser Municípios, podem ser juntas de freguesia, podem ser Associações de Municípios) e no prazo de dois anos vai impor os tarifários de recuperação de custos (espero não ter que explicar o que é recuperação de custos, mas é fácil: custos, tantos; tarifa equivalente).

Isto está na lei, já foi aprovado e está a ser implementado. Eu vou repetir “no prazo de dois anos a ERSAR vai fazer a avaliação dos tarifários dos Municípios ou das entidades gestoras, vai fazer a avaliação dos custos e vai dar um prazo de harmonização de tarifário aos Municípios”.

Seja com as Águas de Trás-os-Montes, seja com as Águas de Portugal, seja com a Resíduos do Nordeste, seja com quem for, os Municípios vão ter que cumprir. O que eu estou a dizer, peguem na Lei-quadro da ERSAR, verifiquem. Posso-vos dizer os artigos, que até os tenho aqui, vão ao site da ERSAR, vejam os seus estatutos, já estão lá as fórmulas para fazer o cálculo das tarifas.

Nos resíduos, nós já estamos a utilizar de forma voluntária essas fórmulas, estamos a falar em alta, porque a Resíduos apenas fatura tarifas em alta – para fundamentar a estabilidade daquilo que é o futuro da Empresa da Resíduos.

Neste momento, exigir que esta Assembleia aprove uma Moção nessa área, eu não entendo qual é a função da Assembleia, porque a Assembleia Municipal, em qualquer decisão que tenha a ver com concessão de águas, com concessão de saneamento ou com concessão de resíduos, é plena e soberana.

A Câmara até pode decidir o que quiser, mas é esta Assembleia que tem a decisão final.

Fazer uma Moção, neste momento, sobre essa questão, demonstra medo dos nossos Deputados perante um processo.

Não, os Deputados têm é que chegar aqui, no momento que lhe for apresentada a proposta, seja ela qual for, manifestar a sua opinião e debater a proposta.

O que eu vejo nessa Moção, é uma Moção de medo, coisa que eu não entendo também. A verdade é que é um assunto que tem de ser debatido. A verdade é que a questão das águas em alta, eu recorro que foi o Partido Socialista que a criou, porque na altura o Ministro do Ambiente *José Sócrates*, chegou junto dos Municípios e disse-lhes: das duas uma, se querem ter água de qualidade têm que aderir e foram obrigados a aderir.

É curioso que neste momento seja o mesmo partido que acha, que afinal não é assim. Porque quem criou esta estrutura em alta, quem colocou os Municípios nestas condições, foi o Partido Socialista.

Recordo que nesta Assembleia, (tenho alguma autoridade moral para o dizer, porque estava aí em baixo) eu e o Prof. *Prada*, abstivemo-nos contra a adesão “Câmara Municipal de Mirandela ao sistema municipal de águas”. Não porque não concordássemos, mas porque achávamos e o tempo deu-nos razão que o contrato era leonino, que havia questões no contrato que podiam pôr em causa o futuro, o que se veio a confirmar.

Quando aqui for discutida uma proposta que seja apresentada quer pelas Águas de Trás-os-Montes, pela Resíduos do Nordeste, ou eventualmente uma concessão privada, porque não...que é possível fazer essa avaliação, o que eu gostava era que quem está aqui e se assume como responsável, aparecesse aqui a dizer assim: “a cláusula y e a cláusula x” põe em causa o futuro do desenvolvimento do concelho, ou ao contrário “a cláusula x e a cláusula Y” ajuda a desenvolver este concelho e evita-nos problemas posteriores.

Não entendo, quando se confundem políticas com análise. E o que está aqui a acontecer é confundir políticas com análise. E principalmente não entendo que um partido que foi responsável pela junção dos sistemas em alta, foi responsável pela pulverização de sistemas em alta, não sustentáveis neste país, venha agora levantar esta questão nesta Assembleia Municipal.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Temos aqui duas Moções, que vamos já votar.

Não sei se algum dos Srs. Membros da Assembleia quer usar da palavra em relação à primeira Moção e de seguida em relação à segunda Moção, apresentada pela Sr.ª Deputada *Rita Messias*.

Sr.ª Deputada *Rita Messias* faça favor.

----- **Deputada Municipal, Rita Messias (PS):**

Muito bom dia, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não compreendo a irritação do Sr. Presidente da Câmara, relativamente à Moção do Partido Socialista, uma vez que, o que refere relativamente à notícia do jornal, é precisamente que foi a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, a solicitar à Resíduos do Nordeste (é o que eu digo aqui) o estudo de viabilidade económica.

O que também digo aqui, é que ser a Resíduos do Nordeste a fazer esta gestão de água em baixa, que seria uma mais valia para o concelho de Mirandela.

Em momento algum pus aqui em causa a Resíduos do Nordeste. Pelo contrário, tem sede em Mirandela, vem contribuir para dinamizar o tecido sócio económico de Mirandela, porque se a maioria das Câmaras, como diz o jornal, está a pensar no caso, depois de sair o resultado, aderir a este projeto, quer dizer que o volume de faturação da Resíduos do Nordeste e a contratualização de pessoas, irá aumentar drasticamente.

O que eu quis dizer, é que víamos com bons olhos este projeto e a única coisa que nós pedimos é que não fosse tomada nenhuma decisão, antes de sair este estudo de viabilidade económica.

É esta a moção que nós estamos aqui a pedir e propor também, o Sr. Presidente depois irá relatar melhor, que sejam mantidos os postos de trabalho.

Relativamente aos juros, eu baseei-me no acordo de transação que consta da ata de 12 de agosto de 2012, é o valor que tem lá, porque diz que os juros são a 7.64%. Eu digo-lhe que vi todas as atas e em nenhuma vi que os juros foram mais baixos ou que houve uma diminuição de juros, mas posso partir do princípio que isso possa acontecer. Se acontece, eu simplesmente pedi que fosse comunicado a esta Assembleia essa alteração, que não tive conhecimento e não faz referência nas atas que eu analisei. Posso estar equivocada, mas se estiver, digam-me então quais são as atas que referem que a percentagem é mais baixa, que eu não vi, mas admito que os juros sejam mais baixos, porque há uma alteração às taxas dos juros ao longo dos tempos.

Não consigo compreender a irritação em causa.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Eu apenas acho que deve haver aí alguma confusão. Sr.ª Deputada, peço desculpa, mas só me irrita a ignorância. O estudo de viabilidade da Resíduos do Nordeste, se for realizado, ainda tem que ser submetido à ERSAR e a ERSAR pode recusá-lo.



Atenção, que quando nós estamos aqui a dizer que é uma boa solução ou que é uma má solução, não está em causa se foi a CIM-TTM que pediu ou a Resíduos do Nordeste que se propôs, não é essa a questão, isso é perfeitamente inócuo, porque os nove acionistas da Resíduos do Nordeste, são os nove membros da CIM-TTM. O que está aqui em causa é não compreender o processo.

Em primeiro lugar, tem que haver um estudo de viabilidade económico/financeira, que nomeadamente passa pela viabilidade económico/financeira de cada concelho.

Em segundo lugar, esse estudo de viabilidade económico/financeira, tem de ser submetido à ERSAR e a ERSAR tem que dar parecer positivo, porque nós não nos podemos agregar, apenas porque nos apetece. Acontece exatamente o mesmo em relação às Águas de Portugal, se porventura as Águas de Portugal, quiserem fazer o mesmo tipo de situação.

Não estou a entender a recomendação, porque não há nenhum processo de concessão ou outro, que não seja trazido a esta Assembleia. A Câmara não pode tomar essa decisão. A Câmara pode estudá-la, pode analisá-la, pode fazer estudos técnicos, pode fazer "salvo seja" o que bem entender, não pode é tomar decisão nenhuma. Pode decidir na Câmara e propor à Assembleia.

Sendo assim a Assembleia nunca será ultrapassada por nenhum tipo de decisão que seja tomada, seja por quem for.

Imaginemos no limite, que decido pessoalmente e proponho à Câmara que vamos aderir à Resíduos do Nordeste ou às Águas de Portugal, ao chegar aqui, o que conta é a vontade plena e potenciária desta Assembleia.

Fazer uma Moção, neste momento, não entendo o alcance dessa Moção, exceto se tiver questões políticas por de trás, é a única questão que eu posso entender.

Em relação aos juros, o que eu percebi, se bem entendi, a Sr.ª Deputada disse que o valor eram 5.704.665,19€ (cinco milhões setecentos e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco euros e dezanove cêntimos) do acordo de transação e que em dois anos iríamos pagar 2.400.000,00€ (dois milhões e quatrocentos mil euros) de juros...

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

A Sr.ª Deputada está a pedir a palavra para que efeito?

----- **Deputada Municipal, Rita Messias (PS):**

Para defesa da honra.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Faça favor de intervir.

----- **Deputada Municipal, Rita Messias (PS):**

Foi dito que houve ignorância. Eu só queria perguntar de quem, porque eu quando faço as coisas faço-as com alguma seriedade.

E eu não estou aqui a fazer jogos políticos, como já entendeu, a minha resposta não é política, é de preocupação com o concelho e com as pessoas e as populações e é só alertar.

Não se trata de não compreender as situações, porque felizmente sei compreender o que leio, o que está escrito e não sou ignorante.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos então votar.

Srs. deputados, a primeira votação é da Moção da CDU.

Vou ler só dois pequenos pontos conclusivos:

“1. *Alertar as populações para o aumento generalizado dos tarifários e das taxas associadas ao consumo de água, ou seja, um aumento significativo do valor da fatura a pagar pelas famílias e empresas;*

2. *Rejeitar este caminho de privatização dos serviços de água e saneamento e afirmar a sua posição em defesa da água como um bem público e um serviço essencial...*”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 7 votos a favor (1 voto da CDU e 6 votos do PS), 44 votos contra (36 votos do PSD e 8 votos do CDS) e 1 voto de abstenção do PSD), não aprovar a Moção apresentada pelo Deputado Municipal, da CDU.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos agora votar a Moção do Partido Socialista e eu recorro aos Srs. Deputados, o seguinte, na parte conclusiva.

“a) *Defender a discussão das soluções na gestão da água.*

b) *Solicitar que seja facultado a esta Assembleia o ponto de situação do acordo de transação celebrado em 27 de Agosto de 2012...*

c) *Propor a suspensão de quaisquer contratualizações com vista a aderir ao sistema proposto pelas Águas de Trás-Os-Montes e Alto Douro...*

d) *Não ser concessionado o sistema de serviço de águas e saneamento, em baixa, do Município, sem uma avaliação independente..*

e) *Solicitar ao Município que faça todas as diligências de modo a que a sede da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste permaneça em Mirandela.*



f) *Assegurar, em futura concessão de serviço de águas e saneamento, em baixa, a manutenção dos postos de trabalho dos Serviços Municipalizados de Águas.*

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 7 votos a favor (1 voto da CDU e 6 votos do PS), 44 votos contra (36 votos do PSD e 8 votos do CDS) e 1 voto de abstenção do PSD), não aprovar a Moção apresentada pela Deputada Municipal, do Partido Socialista.

## Ordem do Dia

### **04 – Período da Ordem do Dia**

#### **4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos passar ao Período da Ordem do Dia, Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições.

Perguntava à Assembleia quem são os Srs. Deputados que querem usar da palavra, neste ponto.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

Estão inscritos para usar da palavra neste primeiro ponto da Ordem do Dia, Informação do Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Deputados:

*David Garrido; Carlos Fraga; Odete Ferreira; Dinis Veiga; Sílvio Santos; José Manuel Madureira e Faustino Cunha.*

----- **Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de responder a este ponto, queria-me referir à resposta que foi dada sobre a retirada dos mupis e dos pendões, que é uma ordem discricionária do Sr. Presidente e que apesar da CDU estar dentro da lei, os Serviços Jurídicos do PCP irão proceder para o efeito.

E só não foi feito, porque apesar da carta enviada com Aviso de Receção, não foi dada resposta, escondendo-se, não sei porquê.

Mas é curioso, que retira o do PCP, e não deixou o do Bloco de Esquerda. Não há discriminação.

Depois, há outra história bonita na Informação do Sr. Presidente, retira-se o que é partidário, mas mantém-se uma noite de sardinhada, com preço por pessoa de 7,50 euros, com carnes entremeadas e fêveras. Assim como a Conferência a Igreja desafia a crise, também é importante...e mais outras que eu aqui podia discriminar, mas que não vale a pena.

Há outra situação também, que se vem a verificar ao longo dos anos, que é o ruído que a Câmara tem autorizado nas verbenas. E eu quero referir-me essencialmente àquele ruído que foi feito este ano em Golfeiras e na zona verde. Há um excesso de ruído. Em Golfeiras, quem lá vive não pode ler, não pode ver televisão, não pode descansar, porque é autorizado que todo o dia estejam lá umas barracas abertas com uma música, enfim...para satisfação de alguns, sem ter em conta o descanso dos outros. O mesmo se passa quando é das festas na zona verde. As pessoas que vivem ali à volta, não podem descansar, porque é toda a noite o ruído.

----- **Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais presentes na sala.

Sobre este ponto, dada a extensão, são não sei quantas páginas, muitas delas, começo por referir que acho absolutamente desnecessário esta profusão de imagens. Já uma vez também referi que seria muito mais legível, esta informação, tipo uma grelha, onde se separasse aquilo que era de iniciativa do Executivo Camarário e aquilo que era iniciativa da sociedade civil, embora com anotações de apoio logístico, ou o quer que seja relativamente à Câmara Municipal. Ao fim e ao resto, a Câmara Municipal é de todos nós, desculpem este meu tom elevado, mas quem quer ler, são horas e horas que se têm que gastar para se estar informado. Quem está aqui não faz a política a tempo inteiro, cada vez tem que se trabalhar mais e receber menos, pagar mais impostos, etc. etc.

De um modo geral, congratulo-me e é aqui neste ponto que deve ser referido esse aspeto, com todos os prémios, seja de índole educacional, empresarial, social, que o concelho tenha ganho. Não vale a pena aqui especificar porque são imensos...ainda bem e oxalá que esses jovens consigam ficar no concelho, que não tenham que emigrar, que não tenham que sair para outros lados.

Deixo aqui os meus parabéns a toda esta juventude, com o sentido de empreendedorismo.

Há no aspeto da educação, uma nova direção, muito sucintamente, é preciso estar atento relativamente aos resultados, à indisciplina, à questão das instalações, porque tudo, não há apenas uma causa, tudo é um conjunto.

É evidente que cada agrupamento tem diretrizes superiores contra as quais eu estou totalmente, visceralmente contra, porque o que tem sido feito na educação é o retrocesso de décadas, aumentou o abandono escolar, aliás a partir do momento que colocaram os exames no final de ciclo, mais testes intermédios, que agora já acabaram e exames de 6.º Ano. Há jovens de 15/16 anos a repetirem o 6.º ano, três e quatro vezes.

Isto é endêmico também e falo com muita propriedade de causa, porque estive em muitos acompanhamentos, estive já no projeto da Escola “Escola para Todos”, já há mais de duas décadas e Portugal tinha ganho pontos na escolarização. A Educação vai muito mal, assim como vai a reorganização da justiça, que cada vez temos menos, etc.

Queria focar agora que nós nos congratulamos com tudo o que traz qualidade às pessoas. Todos os projetos e há aqui os projetos ligados à EDP, gostava de os ver aqui consubstanciados, os que a EDP está a promover.

Queria focar o Plano de Desenvolvimento Social de Mirandela, que apoia os mais necessitados.

Este é um ponto que toca todos nós, com uma alma humana. Estes apoios, sei que há pessoas a viverem verdadeiros dramas, financeiramente. Preocupa-me é, (peço desculpa por este facto), apoios à habitação, às rendas...eu se calhar vejo gente que recebe um apoio a uma renda de casa e se calhar vai tomar o pequeno-almoço ao café todos os dias e outras coisas...enfim.

Também está aqui englobado apoio a empréstimos bancários...acho que não li mal. Eu não aprovo de maneira nenhuma...até apareceu a figura de famílias insolventes...se há tantas empresas que se declaram insolventes, se há famílias insolventes!...Porque o dinheiro não é da Câmara, o dinheiro é dos Contribuintes, é preciso sempre referir esse aspeto.

No meu humilde entendimento, esses apoios, porque “grão a grão enche a galinha o sarrão” deviam ser aplicados nos arranjos de casas que são da Autarquia ou outros e seria uma solução de longo prazo e não de curto prazo.

Depois, as atividades que têm sido promovidas e nas quais muitas vezes eu estou e noutras não, estes protocolos da PSP, são todos de louvar.

O repto final, será, acudir a respostas rápidas sim, mas haver alguma parte dos apoios que sejam para soluções de longo prazo, ou mesmo definitivas.

Depois de tantas páginas, espero que esta apresentação da Informação do Sr. Presidente, venha de muito mais fácil leitura.

----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros desta Assembleia.

Queria manifestar-vos o meu sentimento de surpresa por viver e por ser eleito por um concelho que é contestatário.

Assim, a nossa Câmara Municipal resolveu apoiar as manifestações profissionais que se realizam por pessoas do concelho. E não obstante a sua situação de estar sujeita a um Plano de Saneamento Financeiro, isso não impede a que se apoiem essas mesmas manifestações.

Ontem, a deslocação dos Advogados para contestar em Lisboa, hoje, se calhar a dos Enfermeiros, amanhã a dos Médicos, no outro dia a dos Professores.

É para vos transmitir esta minha surpresa, através desta forma, de contribuir para o Saneamento Financeiro da Autarquia.

----- **Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Relativamente a este ponto, fico satisfeito por causa das intervenções que aqui já foram produzidas. Um pouco vagas, mas que mereciam um bocadinho mais de atenção.

A informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal no período que medeia entre assembleias, é um dos mais importantes da reunião, mas poucos lhe dão a importância merecida, ou porque não lêem ou não gostam que as atividades desenvolvidas sejam muito divulgadas por questões políticas.

O grupo parlamentar do PSD leu, congratula-se com o trabalho desenvolvido, no entanto quer realçar, até para memória futura e demonstrar ao Executivo todo o seu apoio, pelas ações que desenvolveu.

Das várias informações destacamos algumas que nos mereceram alguma atenção e satisfação.

1. **Primeira edição da feira do queijo e do mel**, organizada pela União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira com a colaboração da Câmara. Além da feira realizou-se um concurso de ovinos e caprinos, seminários técnicos e venda de produtos locais, com mais de duas dezenas de expositores. Outras freguesias deviam pensar nesta estratégia de promoção e dinamização dos produtos regionais, que no seu todo constituem a riqueza do concelho de Mirandela;
2. **Reflorestação na serra de Santa Comba**, contemplando ações de reflorestação em áreas das freguesias de Lamas de Orelhão, Passos e Suções. Este projeto está inserido num conjunto de compensações ambientais, pelo aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor. Estas compensações estão atrasadas muitos anos. Vários governos nos têm expoliado e nada nos têm dado em troca. É bom que esta nova geração de autarcas batam o pé, seja qual for o governo;
3. **Produtos de Mirandela**, mais uma vez em destaque na feira nacional de agricultura, ganhando várias medalhas de ouro, prata e bronze com o azeite, os vinhos e o cabrito;
4. **Produção de mirtilo**, na freguesia do Franco com 4 hectares e com 11.500 plantas a produzir em regime de modo de produção biológica. Os mirtilos são considerados por muitos como um alimento com elevadas taxas de exportação e de rentabilização.
5. **Produção biológica de cogumelos**, na quinta Prado do Carvalho, em Mirandela. Produtos muito utilizados na gastronomia, pois é conhecido como cogumelo perfumado, devido ao seu aroma único e delicado. É com projetos de inovação que tornamos a economia local mais dinâmica e demonstramos que Mirandela não se reduz só à produção por excelência da alheira.

1. **No Campo Social**, destacamos o plano de desenvolvimento social, dedicado aos grupos sociais desfavorecidos que tem como objetivo colmatar situações de vulnerabilidade social.

2. **Em 2013 foram atribuídos 1067 apoios no valor de 72.472€ e no 1º semestre de 2014 já foram atribuídos 803 apoios no valor de 49.675€**. O PSD aplaude estas ações do Executivo, temos obrigação de ajudar os mais desfavorecidos.

3. **Banco de livros escolares para o ano letivo 2014/2015.** Em 2013 foi um êxito, em 2014 está novamente ativo prosseguindo a sua missão de fomentar a partilha de livros escolares, maximizando a recuperação de manuais usados e disponibilizando-os gratuitamente a quem deles necessita. Esta ação devia ser fomentada e divulgada por todos os membros da Assembleia Municipal nos vários locais que frequentamos;

4. **Centro Cívico de Mirandela “Dr Adolfo Mariz”.** Esta estrutura propõe-se ser um pólo centralizador de políticas e recursos sociais e um centro cívico para a atividade de intervenção social;

5. **Campo de férias em Mirandela,** com 126 jovens e 50 animadores desligados do mundo que vivem em comunidade de forma particularmente intensa, longe das distrações do dia a dia e que se realizou no mês de agosto em Contins. Devemos acarinhar estes jovens que gostam de viver a vida pela vida e não sujeitos ao domínio das tecnologias;

1. Quanto a obras, além das que estavam em curso como **o IPB, Museu do azeite, Centro Pastoral de Nossa Senhora da Encarnação,** outras iniciaram como sejam:

2. **Requalificação do Centro Cultural Municipal no valor de 605.000€;**

3. **Melhoramentos na Piscina Municipal,** que tanto tem contribuído para o desenvolvimento integral dos nossos jovens, adultos e idosos. Foi, é e será um equipamento essencial para a qualidade de vida dos nossos munícipes;

4. **Recuperação do edifício da Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses.** Esta intervenção terá uma primeira fase de recuperação e conservação do exterior e cobertura **no valor de 350.000€;**

5. **Intervenção no restauro da Igreja da Misericórdia com intervenções no interior, cobertura e talha no valor de 273.000€;**

6. **Obras de recuperação e beneficiação da Igreja dos Vilares da Torre, Capela Nossa Senhora do Ó e Igreja de Chelas;**

7. **Requalificação do antigo edifício da PSP na praça 5 de Outubro,** com uma intervenção de fundo como agora está a ser concretizada. Já funciona lá a sede da Cruz Vermelha e irá receber a nova sede da Desteque (Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente). **Era um crime deixar degradar este edifício que se confunde com a história do nosso concelho.**

E como ainda tenho um bocadinho de tempo, quero aproveitar a ideia da Sra. Deputada Odete, com a qual também compartilho. Há gente que recebe apoios e faz disso profissão.

Neste país, infelizmente há muito necessitado, que é a profissão deles e nem querem outra.

----- **Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Informação do Sr. Presidente, efetivamente, consta de 94 páginas. É demasiado, é insuficiente, fica aquém...são 94 páginas.

Para além daquilo que os ilustres colegas e oradores já disseram, deixar aqui como registo e como nota de agrado e de positivo particularmente para a cidade, os talentos de Mirandela, agosto de 2014.

Penso que se trata de uma inovação meritória se calhar um pouco experimental neste agosto que terminou, mas necessária e motivadora, para incentivos desta natureza, no próximo ano. Registo com apreço, porque a cidade, decorridas as festas em honra de Nossa Senhora do Amparo e devido às festividades, no mundo rural também fica bastante esvaziada, nomeadamente à noite, mas no entanto não podemos ficar desertificados, temos cá comerciantes, que têm a sua vida, têm o seu ganha pão e para além de e bem, em meu entender, estarmos a colaborar, a convidar, a promover os tais talentos de Mirandela, estamos no mesmo barco, a ajudar a motivar e a trabalhar com aquilo que é nosso e a bem de todos.

Sr. Presidente, não faço mais considerações, a Agenda é longa, prescindindo do resto do tempo.

----- **Deputado Municipal, José Madureira (CDS/PP):**

Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e a todos aqui presentes.

Em primeiro lugar queria dar uma resposta ao Sr. Presidente da Câmara.

É que, no dia 02 de setembro, deslocou-se ele e o Sr. Vereador à Igreja de Abambres e não sei se eu teria que ter conhecimento, soube esta notícia pelo Diretor dos Monumentos Nacionais, que estiveram lá presentes.

Em segundo lugar quero também pedir ao Sr. Presidente, derivado ao Sr. *António Maurício*, quanto à entrada, eu já tinha falado com o Sr. Vereador *Manuel Rodrigues* e com o Sr. Eng.º *Paulo Magalhães*, deslocou-se ao local e ficou de me dar uma resposta para resolver aquilo. Eu só pedi, para saber como deviam fazer. Como tenho lá pessoal, eu punha a mão-de-obra, mas tinha que ser o Sr. Eng.º para ver como é que aquilo devia ficar na rua.

Em terceiro lugar, quero dar os meus agradecimentos ao Sr. *Manuel Rodrigues*, derivado ao vandalismo que se passou em Vale de Juncal e Abambres, no dia 27, por se encontrar de férias e quando se apresentou, ter marcado uma reunião com ele, dado o que se tinha passado naquele dia em Abambres e Vale de Juncal. Foi na praia, foi no largo de Vale de Juncal e no telefone público em Abambres.

Estou-lhe muito agradecido por ele me ter convidado para essas coisas.

Quanto ao Sr. *António Maurício*, pedia ao Sr. Presidente para resolver aquele problema, se possível.

Eu tenho lá pessoal, ponho a mão-de-obra, só queria é saber como é que se vai fazer aquele serviço.

----- **Deputado Municipal, Sílvio Santos (CDS/PP):**

Muito bom dia Sr. Presidente da Mesa, restante Mesa, Exmas. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Executivo, público em geral.

Eu queria aqui, só fazer três pequenas e rápidas considerações.



Por motivos óbvios que se calhar nem estão tão relacionados com a minha função de Membro desta Assembleia, mas mais relacionados com a questão da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, não podia deixar esta oportunidade, passar em claro.

Antes disso, gostava de realçar um ponto que eu penso ter passado algo despercebido a esta Assembleia e que eu pessoalmente posso estar enganado, mas penso que é de extrema importância, que são as iniciativas que têm vindo a ser feitas nos últimos meses, pelo Executivo da Câmara Municipal, a iniciativa “O Meu Bairro”.

Muito sinceramente, acho que esta Assembleia tem, perdoem-me a expressão, se calhar é exagerada “ignorado essa iniciativa”.

Eu penso que essa iniciativa está na base das nossas candidaturas, todos aqui presentes, independentemente dos partidos pelos quais foram eleitos, que é a execução do poder local e a proximidade com os cidadãos.

Não quero deixar considerações, só um apelo à reflexão de cada um, sobre essa iniciativa e a participação ou interesse desta Assembleia, sobre essa iniciativa.

O segundo ponto, que se subdivide;

Eu queria agradecer e aproveitando a oportunidade, desde já, o voto do Deputado “*Carlos Fraga*” e dizer-lhes que foi um prazer mais um ano (eu falo em nome do grupo) realizar as Festas de Nossa Senhora do Amparo.

Ninguém tem que nos louvar nem agradecer. Já tive a oportunidade de o dizer publicamente, já tive oportunidade de o dizer a quem de direito, mas não podia deixar passar esta oportunidade e de, desta forma registar o agradecimento a todos os cidadãos, a todas as instituições que nos apoiaram nesse trabalho, nomeadamente ao Executivo da Câmara Municipal, que colaborou mais uma vez, de forma muito favorável, quer na divulgação do evento em si, quer na colaboração direta, através da logística.

E deixar aqui uma palavra de apreço a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Mirandela, que de facto, quando chegamos a um determinado ponto, se podem considerar já como membros daquele grupo e que tão preponderantes são.

Para terminar, ainda relacionado com as festas, não só com as Festas da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, mas é óbvio que também nos toca.

Fico algo triste e até com alguma decepção, quando algumas pessoas, que a gente ao longo dos anos, praticamente desde criança se vem habituando, independentemente das suas ideologias políticas, a considerá-las como pessoas preocupadas com o nosso município, com o nosso concelho, preocupadas em melhorá-lo e quando depois ficamos algo decepcionados, quando verificamos que se sentem incomodados e são contra a realização, daquilo que, quer queiramos quer não, quer gostemos quer não, faz parte da cultura, faz parte da identidade deste concelho e acaba por “menosprezar”, para não dizer “desprezar” o trabalho altruísta de pessoas que tentam fazer perdurar esta cultura e esta identidade.

E é só isto que eu gostava de deixar aqui, é a minha opinião e agradecer a todos, mais uma vez e que fique bem claro, agradecer a todos os mirandelenses o apoio que dão, quer na realização das Festas de Nossa Senhora do Amparo, quer nas Festas das diversas Paróquias, (que felizmente tive a oportunidade de ter estado presente) quer como aqueles que nas suas freguesias desenvolvem eventos similares.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. *David Garrido*, nós não nos vamos entender em relação a isto. Eu disse pendões, são aqueles que se penduram, que é o que nós retiramos, pendões e tarjas.

Nomeadamente, a CDU ou o Partido Comunista já tiveram cartazes fixos metálicos, em Mirandela, nunca foram retirados, sempre estiveram no local, tal como estão os do Bloco de Esquerda, porque houve uma comunicação a dizer: na rotunda tal e na rotunda tal, temos estes cartazes fixos. E nós, como há-de ter reparado, retirámos uns particulares que estavam por aí e não retirámos os políticos. Eu vou repetir: em relação aos pendões ou àquelas tarjas, que se põem, as instruções que têm os funcionários, são de manhã quando dão a volta, retiram todos os pendões, dos quais os Serviços não tenham conhecimento.

Estas são as instruções e é isso que eu transmito, repito, não é para o Partido Comunista, não é para política, sabemos que há uma legislação específica para os partidos políticos, (não é que eu concorde com ela, mas é a minha opinião) mas em nenhum ponto da legislação, a questão da comunicação, não está colocada.

Sr. *David Garrido*, as instruções para amanhã de manhã, se houverem outros pendões, de cariz político ou não, as instruções que têm os funcionários, é que retirem se não houver comunicação. Não é culpa deles, é minha. São instruções nos Serviços que estão vigentes e continuarão a estar.

Em relação à questão política, é exatamente igual. Faz-se a comunicação, faz-se a avaliação, normalmente até se escolhem os locais com um funcionário municipal que acompanha a colocação e se é no dia 01 ou no dia 02, normalmente a entidade retira. Tem funcionado assim. São as instruções que eles têm, por isso a culpa se for é exclusivamente minha, não é deles.

Quanto à questão do ruído, eu já transmito a esta Comissão de Festas, que também considere este ano, um bocadinho exagerado o número de verbenas realizadas da Senhora do Ó.

É verdade, isso provocou incómodos à população. A ideia das verbenas não é irem contra a população, a Confraria faz aquelas e todos os anos são aquelas. Este ano a Nossa Senhora do Ó, aumentou um pouco, também é uma forma de arranjar verbas, mas realmente estamos a ponderar essa situação, porque em específico os residentes naquela zona da cidade, estão a sofrer com o exagero do ruído, no próximo ano haverá uma ponderação em relação a essas situações, que já tinha sido, por assim dizer, avaliada.

Dizer à Sr.ª Deputada *Odete Ferreira* o seguinte:

O Plano de Emergência Social foi aprovado nesta Assembleia. As regras e as formas de apoio estão traduzidas no Plano de Emergência Social, que é um Regulamento Social.

Nunca farei, nem nunca o fiz até hoje, algo que ponha em causa a Informação das Técnicas da Ação Social, em quem tenho uma confiança, que aqui reafirmo, bastante significativa. Aquilo que é feito, é uma avaliação social.

Num ambiente social todos nós podemos fazer comentários, nós não nos baseamos nos comentários, baseamo-nos nos dados que nos são transmitidos e pelo trabalho social que é feito pelas Técnicas.

Nesta área social haverá sempre ideias diferentes quanto ao nível e ao alcance dos apoios. De qualquer forma, esses apoios são avaliados, propostos e baseados em fundamentos técnicos confidenciais, que apenas podem ser consultados sob reserva, nomeadamente a circulação de documentos é confidencial, mas todo o processo documental está depositado na Câmara Municipal, porque o dinheiro é municipal e não se pode aplicar o dinheiro municipal sem existirem regras.

O Plano de Emergência é um plano que anualmente é posto em funcionamento ou retirado o seu funcionamento, em função das necessidades. No limite, o nosso desejo seria que funcionasse o Regulamento de Apoios Económicos, que são regulares e normais e que não houvesse Plano de Emergência, que é para situações diferentes. Mantém-se o Plano de Emergência e continuaremos a aplicá-lo.

No que se refere à habitação, nós temos um programa que se chama Conforto Habitacional, esse programa tem uma vertente económica diferente e tem duas vertentes: a recuperação do parque municipal quando ele exista, atenção que é limitado, a Câmara não tem um parque tão elevado como isso e o apoio direto de conforto habitacional a situações identificadas. Estamos a falar em situações que ultrapassam claramente esta questão da renda da casa, estamos a falar de valores mais significativos. Nesse caso é feita uma avaliação em duas vertentes, uma social e uma vertente técnica de engenharia e é feita uma proposta.

Neste momento há um conjunto de propostas que foram feitas pelos Serviços Sociais, vão ser avaliadas e depois poderão existir intervenções, porque há situações em que é preferível as pessoas manterem-se na sua própria casa e temos bons exemplos de sucesso, quer em Mirandela, quer em aldeias, em que as pessoas se mantiveram nas suas próprias casas, melhorando-lhe a qualidade da sua habitação, temos situações de casos pontuais em casas municipais, não há tantos como isso, em que iremos fazer a recuperação e serão atribuídas.

Nos últimos tempos em Mirandela, foram entregues nove casas sociais, isto é, foram desocupadas algumas nos bairros do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e são sempre feitos em conjunto com a Câmara Municipal e foram alojadas nove famílias, julgo que foram alojadas seis famílias e vão ser alojadas mais três agora, o que significa que gradualmente não é assim tão pouco como isso.

O apoio social é sempre algo complicado e principalmente a duplicação dos apoios, isto é, o haver mais do que uma entidade a apoiar. Nesse sentido, temos feito um trabalho muito significativo em termos do Conselho de Ação Social Local e do Núcleo Executivo, de maneira a que as entidades trabalhem em conjunto, para não existir essa duplicação a nenhum nível e para que os processos sejam comuns. Uma pessoa que está a ser apoiada pelo Banco Solidário em termos de alimentação, não pode estar a ser apoiado na Cantina. Já aconteceu isso no passado, tenta-se evitar que volte a acontecer e fazer um esforço muito grande nesse sentido.

Gostava de dizer ao Sr. Deputado *Faustino Cunha* que a questão dos advogados e da sua deslocação, foi falada aqui na última Assembleia, (não sei se estava presente) foi a Sr.ª Deputada *Isabel Barreira* que solicitou esse apoio na última Assembleia e nós manifestámos logo aqui a nossa disponibilidade.

Independentemente desse caso pontual, a questão que se coloca é que a Câmara Municipal tem mantido o apoio a todos os setores da área social, desde IPSS, coletividades, em muitas áreas, dentro das suas possibilidades, com alguma racionalidade, porque também não nos queremos demitir desse papel. E não só a entidades profissionais, mas também a entidades das mais diversas áreas.

Dizer ao Sr. Deputado *Carlos Fraga*, que os talentos é o 2.º ano, não é o 1.º. No ano passado já fizemos talentos e este ano é que fizemos um pouco mais, mas é o 2.º ano e pensamos manter essa atividade.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, responder que a visita ocorreu no dia 02 de setembro.

Há uma verba, as contrapartidas da Barragem vale do Tua atribuiu para a área de Património. Não é uma verba nossa, é uma verba da Direção Regional da Cultura. E a Câmara Municipal de Mirandela, em determinado momento, identificou que preferencialmente, o dinheiro devia ser gasto nos monumentos oficiais, nos monumentos nacionais já registados patrimonialmente, porque em alguns casos teriam problemas de conservação.

A Direção Regional da Cultura fez essa avaliação de forma individualizada, isto é, eles avaliaram as diversas e identificaram três intervenções: uma intervenção em Guide, que é aquela que eles consideravam prioritária por problemas estruturais; uma intervenção nos Avantos, com um problema essencialmente ligado à área de luz e umas situações que eles identificaram e uma intervenção em Abambres, que tem a ver com a questão estrutural.

Contactaram-nos no sentido de falarmos com a Comissão Fabriqueira, para eles poderem lá ir. Foram lá e acompanhamo-los, naturalmente, porque que também nos interessa e ainda não há decisões.

Brevemente a Direção Regional de Cultura irá enviar para a Câmara Municipal, aquilo que eles pensam que é necessário fazer em bruto, o que nós identificámos prioritário, foram as questões estruturais, no caso de Guide, que tem uma parede quase a cair. E depois, será transmitido, em função desse plafond, à Câmara Municipal, onde é que será aplicado e só nessa altura é que teremos uma resposta definitiva.

Em relação ao Sr. *António Maurício*, se já lá esteve o Eng.º *Paulo Magalhães* ele dará a sua informação técnica sobre isso.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

É um assunto que a Assembleia ouviu, registou e naturalmente que o funcionalismo da Câmara vai resolver da melhor maneira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi um pedido de interrupção, que valorizei e eu perguntava aos Srs. Presidentes dos grupos municipais se concordam em interromper por 10 minutos para uma prova de mel.

Muito bem, todos concordam. Vamos então interromper.

----- **Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS):**





Só para acrescentar, Sr. Deputado *Silvio*, eu não especifiquei aquilo que foi feito de bom no Município, porque fiz o englobamento.

Peço desculpa Sr. Deputado *Silvio*, tive oportunidade de fazer mais do que uma “Quadra” por dia, no período das festas, a Mirandela e às suas festividades, que foi publicada nas minhas páginas do Facebook.

#### **4.2 – Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela para o mandato 2013/2017.**

##### **----- Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Vamos falar do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela para o Mandato 2013/2017.

Srs. Deputados, chamava a atenção de V. Ex.ª s. para o seguinte:

Trata-se da terceira Revisão Regimental. Devo dizer-lhes, porque estive em todas as reuniões e desde já dirijo uma palavra de agradecimento a todos os Membros da Comissão Permanente que procederam a esta Revisão, porque as revisões não são fáceis, nem são definitivas. Julgo que de vez em quando são exaustivas, pelo trabalho, pelo pormenor, pelo rigor que é preciso. Naturalmente, pelas divergências.

Queria informá-los de que estas revisões são trabalhosas, são dedicadas, sobre o ponto de vista que pretendemos fazer o melhor.

Mas eu considero (é com muita modéstia que lhes transmito) que não é definitivo e nem sei se haverá regimentos definitivos, porque haverá sempre falhas, haverá sempre divergências, com razões respeitadas, porque têm que se aceitar.

V. Ex.ª s. receberam o Regimento, já o leram, com certeza, estão portanto em condições de o poder comentar e de sugerir.

Nós estamos aqui para o discutir. Podemos fazê-lo de uma maneira mais acelerada, se houver convergência de opiniões, poderemos fazê-lo de uma maneira geral ou descermos para tratamentos na especialidade ou setorial. V. Ex.ª s decidirão.

Aguardamos as inscrições dos Srs. Deputados para os respetivos comentários ou alterações que haja a fazer e a aprovar.

Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados: *Faustino Cunha, David Garrido; Carlos Fraga; Dinis Humberto Veiga; José António Costa Ferreira*

Sr. Deputado *Faustino Cunha* pode usar da palavra

##### **----- Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia. Eu quero dizer, antes de mais, que estou disponível para votar favoravelmente o documento que foi presente.

O facto de levantar algumas questões, é no sentido de, na minha ótica, o melhorar, mas se não for melhorado, eu votá-lo-ei favoravelmente, mas queria ter consciência daquilo que vou votar depois. Tenho de ter a certeza do que é que estou a votar, para me lembrar disso.

Assim, a páginas nove, há a composição da Mesa e diz assim: “*na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege por voto secreto...*” isto dá-me a sensação que é uma ausência momentânea, numa assembleia, não é a falta de existência da Mesa, nessa Assembleia. Logo, penso que o designar por voto secreto, com eleição de toda a gente, etc., que era mais fácil a escolha por voluntariado de alguém, para poder ir suprir uma falha que existe na Mesa.

Era esta a minha interpretação e espero que depois me ajudem, se houver outra interpretação.

No que respeita à Página 13, “*A notificação com Aviso de Receção*”. Considero que é sempre um aborrecimento, não só para mim, deve ser para muita gente, a história do Aviso de Receção, porque não está ninguém em casa, chega lá o Aviso, não se vê o carteiro, etc. etc.

Quem beneficia disto são os correios, porque o Aviso de Receção é mais caro. Mas que a notificação por registo, os próprios correios passaram a ter uma figura, que é o registo simples, em que a carta fica na caixa do correio, muito embora fique escrito, que no dia tal, aquele documento, foi entregue, foi depositado no domicílio e portanto tem o mesmo valor jurídico, hoje.

No Artigo 10.º, acho que não é necessário dizer “*por carta com Aviso de Receção*”, mas bastava dizer “*por carta registada*” e ficava aqui na dependência, se manda Aviso de Receção se não manda Aviso de Receção.

Depois temos no Artigo 18.º a mesma coisa: “*Os Membros da Assembleia são convocados para as Sessões Ordinárias, por Edital e por Carta Registada com Aviso de Receção*”.

Na Página 18, no Artigo 21.º, diz: “*Em cada Sessão Ordinária, há “Um Período de Antes da Ordem do Dia”, um “Período da Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção do Público”, o que quer dizer que desaparecem o chamado Ponto a seguir à “Ordem do Dia”, que é “Outros Assuntos de Interesse para o Município”. E há alguma incongruência entre este Artigo e o Artigo 24.º*”

Enquanto no Artigo 21.º diz que há “um” Período de Intervenção do Público, no Artigo 24.º diz, haverá “dois” Períodos de Intervenção Abertos ao Público, um no início e outro no fim. Portanto não sei se há só um ou se há dois.

Para finalizar, no Artigo 45.º: em cada Sessão, é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial, nela se tiver passado. Isto é, deixa de haver a transcrição. Nas Atas deverá também constar uma referência sumária às intervenções do público.

Deixo à vossa consideração e esta é a minha opinião, reafirmando, se não houver alteração, eu estou disponível para votar favoravelmente.

##### **----- Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.



Apesar de ter feito parte da Comissão Permanente, deixava ao Sr. Presidente ou ao Sr. Deputado *José António* a interpretação desta história toda, mas eu também a podia dar. Aliás, aquilo que é evocado, é da lei.

Mesmo o Período que o Sr. Deputado refere “Outros Assuntos para o Município”, faz parte da Ordem do Dia.

Mesmo o “Público”, nós temos dois pontos, mas o que está referido “um ponto”, é o conjunto, que pode ser dividido em três, em dois, em três, em quatro, nos pontos que a Assembleia entender.

Mas aquilo que me trouxe aqui, foi essencialmente para um voto de congratulações ao Deputado *António Ferreira*, pelo trabalho exaustivo que teve em compilar todas as leis e integrá-las neste Regimento.

Sendo o Regimento, um documento que pode ser alterado a qualquer momento, eu tenho a impressão que temos aqui Regimento para uns anos, se o Governo não alterar.

----- **Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A primeira constatação que eu tirei, quando li este Regimento, é que o anterior Regimento era composto por 20 páginas e este é composto por 37 páginas.

À priori, deu-me a sensação que de facto está aqui um Regimento muito mais completo, muito mais ajustado, que reforça as competências da Assembleia Municipal, as responsabilidades do próprio Deputado Municipal e também fiquei com a sensação que isto foi aprovação por unanimidade da própria Mesa e dos líderes parlamentares que participaram e elaboraram este Regimento, porque está cá o nome deles todos. Parece que é ponto assente que toda a gente se entendeu, toda a gente esteve de acordo.

Eu vou dar a minha opinião pessoal.

Em vez de falar de revisão de Regimento e se houvesse enquadramento, eu gostaria antes de uma reforma profunda dos poderes da Assembleia Municipal, porque aquilo que eu tenho constatado, é que é um Órgão que é eleito democraticamente, é um Órgão importante, mas que acaba por passar muito discretamente na maioria do comum dos cidadãos.

Gostaria de ver neste Regimento a própria publicidade que aqui é discutida. Nem toda a gente tem acesso à net e se estivermos a falar nas pessoas da terceira idade, quem é que tem capacidade de ir consultar à net aquilo que foi tratado numa Assembleia Municipal. E quando é publicada a Ata? É publicada quando se pode, enfim, há constrangimentos e por aí fora...e às vezes as coisas já estão fora de tempo.

Quando se pedia que as Sessões não fossem só aqui neste lugar, já foi sugerido que se fizessem no lugar A ou B. Houve logo quem viesse a contrapor...atenção que isso acarreta despesas, atenção que há as senhas de deslocação. Não há aqui também senhas de deslocação para alguns dos Srs. Deputados?

Acho que vamos continuar a ficar muito fechados. Isto aos olhos do comum dos cidadãos, a Assembleia vai continuar a ser um Órgão com muito poucos poderes, com pouca responsabilidade de nós próprios, os Membros.

Como diz o Sr. Presidente, há formalidades próprias e eu não quero passar por cima de ninguém, eu sei disso, mas muitas vezes até numa grande maioria das Assembleias de Freguesia, a própria população, não tem conhecimento, nem do dia, nem da hora, nem do local, não tem acesso e por isso a nossa missão. Embora não seja perfeito, eu tento cumprir a minha.

Quando alguns dos Srs. Deputados que fazem parte desta legislatura, já estiveram na anterior e até naquele livro que foi publicado, sobre o Poder Local, que foi distribuído aqui gentilmente pela Mesa, colhemos opiniões de Srs. Deputados que gostariam que aquilo que aqui é discutido tivesse maior conhecimento público. A rádio, quando é das Grandes Opções do Plano e Orçamento, Aprovação de Contas, diz duas ou três coisas e o resto fica a leste do paraíso. E a própria rádio, não é também ajudada pelo dinheiro de todos nós? Não podia dar uma maior e mais ampla cobertura aos trabalhos desta Assembleia para que isso fosse do conhecimento público? Isso não tem acontecido e eu constato isso com algum constrangimento.

Depois, queria aqui falar no Artigo 27.º, no Período Antes da Ordem do Dia, em que se mantêm os 60 minutos e diz “*não podendo exceder seis minutos o tempo de intervenção de cada deputado inscrito em momento único para o efeito*”. Quer dizer, se houver 10 deputados inscritos, seis minutos a cada um, dá 60 minutos.

Mas se houver 15 inscritos, eu pergunto e questiono-me a mim próprio, qual é o tempo mínimo garantido a cada um, porque no anterior Regimento dizia que havia um tempo mínimo reservado para o efeito.

No fundo, louvo o trabalho e o empenhamento das pessoas que trabalharam neste Regimento, não lhes quero tirar o mérito.

Outro dado importante que foi sugerido, é que houvesse uma reunião mensal dos grupos municipais para melhor poderem acompanhar o desempenho do Executivo. Também não o vejo aqui contemplado.

Resumindo e concluindo, eu não encontro aqui reforço substancial dos poderes da Assembleia, nem responsabilidade acrescida, para os Membros desta Assembleia e isto não é benéfico, em meu entendimento.

Com todo o respeito e a manterem-se assim as coisas, o meu voto será de abstenção.

Muito obrigado Sr. Presidente.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de dar a palavra ao orador seguinte, que julgo ser o Sr. Deputado *Dinis Veiga*, queria dar uma informação a esta Assembleia.

Estamos a tratar do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela. Já falámos nas dificuldades e já falámos no futuro próximo, que naturalmente não são coisas definitivas, mas estamos a falar das suas regras de funcionamento, não estamos a falar em reforço de competências, porque tanto quanto sei, a competência e o aumento de responsabilidades, como disse o último orador, advêm ou decorrem de outra lei que até terá algum compromisso institucional e aí não podemos mexer.

As competências são as mesmas, decorrem da lei geral. Claro que há-de haver sempre dificuldades. Nós até podemos ficcionar um momento de Antes do Período da Ordem do Dia, em que se inscrevem todos os Srs. Deputados.



De facto, como não tem havido uma coordenação através dos grupos municipais, nada impede que cada orador levante o braço e peça a palavra, dentro do período correspondente e a Mesa tem que colaborar. Mas vamos lá ver: para além do Regimento, há o bom senso, há a inteligência e há o funcionamento em unidade de todos nós, para procurarmos resolver.

O ideal, era que nos grandes temas de cada Assembleia: Relatório de Atividades - Programa de Ação, cada grupo municipal destacasse os seus oradores, como se faz noutras Assembleias. Ou que indicassem de antemão, houvesse uma referência nominal, para quem vai intervir. Porque se os Srs. Deputados repararem bem eu tenho dito isso, já o disse publicamente, já o disse na Assembleia e disse-o repetidas vezes na Comissão Permanente que tratou desta última revisão.

Quando estamos numa dessas grandes Assembleias e a última deste ano será para esse efeito, os Srs. Deputados, podem obrigar a que a sessão se prolongue para o dia seguinte, basta que se inscrevam e utilizem os tempos máximos.

Os tempos máximos do Regimento anterior, façam o favor de os verificar e de os recordar. Mas mesmo agora, dos 10 minutos mais 15, façam o favor de ver se cada Sr. Deputado se inscrevesse.

Portanto, é por isso que eu alerto e considero, que o Regimento não está terminado. Há-de haver sempre melhoramento, mas nós contamos com a capacidade de intervenção e sobretudo com o bom senso em cada sessão, para que haja uma discussão ativa, uma discussão transparente, uma discussão respeitosa, no sentido do bom caminho.

Só mais um apontamento. A questão do registo das cartas, depende da lei geral, tanto quanto me ocorre é obrigatório o registo com aviso de receção.

----- **Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD):**

Srs. Presidentes, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero dizer o seguinte, especialmente ao meu grupo, porque eu representei o meu grupo na Comissão, de que o trabalho executado e em grande parte se deve ao Sr. Deputado *José António*. Fez um trabalho excepcional, honra lhe seja feita, trabalhou muito neste Regimento, mas Sr. *Fraga* e Sr. *Faustino*, há aqui uma coisa, o Regimento tem que obedecer à lei, nós não as podemos inventar ou contrariar. E como temos que obedecer à lei, no caso do primeiro ponto, entre a Ordem de Trabalhos, há dois pontos que são obrigatórios, que é a “Informação do Sr. Presidente” e os “Outros Assuntos de Interesse para o Município”. Em qualquer reunião tem que existir isso e portanto é obrigatório.

Quanto ao uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. *Fraga*, não leu o 2.º ponto. É que ele pode ser prolongado por mais 30 minutos. Teve que se disciplinar o Período Antes da Ordem do Dia, porque havia deputados que intervinham uma, duas, três vezes...era à vontade do freguês. Não, há uma inscrição, acabou, tem seis minutos, que pode esgotar, pode não esgotar...até pode durar 20 minutos, pode durar 30 minutos, pode durar 70 minutos, tudo depende das inscrições.

O Regimento está muito bem feito. Agora vêm com a questão dos poderes. Eu aí concordo consigo, mas isso não nos pertence a nós, pertence aos Srs. Deputados da Assembleia da República, mudarem as leis.

Eu, por exemplo até sou adepto de uma Assembleia Municipal mais pequena e que devia reunir mensalmente. Há muitas ideias e podia ter outros poderes, mas isso têm que ser os Senhores na Assembleia da República, a decidir.

Depois o Sr. Deputado *José António* irá dar as explicações necessárias.

O nosso grupo deve votar favoravelmente o Regimento.

----- **Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Executivo Municipal.

Não posso começar esta minha intervenção, sem agradecer as palavras honrosas que me foram dirigidas, pelo trabalho que me coube na revisão deste Regimento.

Quero contudo dizer, que se me coube um trabalho mais específico, um trabalho mais aturado, o produto final é de facto um resultado de equipa, que incorporou esse espírito de partilha para um documento comum, o mais perfeito possível. Também eu não posso deixar de agradecer aquilo que foi a base de trabalho inicial, produzida pelo Sr. Deputado *Humberto Cordeiro*.

Também fazer uma referência ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. *Pavão*, com o seu olhar sempre exigente, mas sem perder o farol de um espírito democrático, para o resultado final.

A experiência excepcional que foi possível ser transmitida pelo Deputado *Dinis Veiga*, que muito valiosa foi, também os contributos decisivos do Deputado *Nuno Sousa*, e o olhar crítico e incisivo do Deputado *David Garrido*, para que este Regimento assumisse estas características.

Por fim, não posso deixar de fazer uma referência afetuosa às funcionárias afetas à Assembleia Municipal, a D. *Natividade Januário*, que se empenhou sempre generosamente em todos os trabalhos desenvolvidos nesta revisão e também uma palavra especial à funcionária *Carla Assis*, pela entrega, nomeadamente na parte final, para que fosse possível fazer as correções e ver os pormenores de linguagem articulados entre o Regimento e a própria Lei, passámos muitas horas a fazer esse trabalho final, a quem agradeço também o seu contributo e o seu envolvimento.

Quanto aos motivos que conduziram à revisão deste Regimento, não podemos perder de vista que eles se devem a factores externos, mais do que a factores internos, porque derivam daquilo que foi a publicação da Lei n.º 75/2013, do passado mês de setembro do ano passado, que veio alterar e distinguir o que eram competências de fiscalização e de apreciação, que cabiam à Assembleia Municipal.

Mas naturalmente que se aproveitou esse facto, essa exigência decorrida da lei, para melhorar os aspetos internos de funcionamento e promover agilidade e alguma disciplina, nas sessões da nossa Assembleia Municipal.

Portanto, o resultado final, o documento que hoje é aqui apresentado, teve-se a preocupação de ser um documento mais global, aí a justificação da sua dimensão, do que apenas ser um documento minimalista. Essa podia ter sido uma das opções, mas entendemos que causaria muito mais desconforto a todos os Deputados Municipais, porque um documento minimalista seria sempre um

documento muito remissivo e ia sempre atirar os Deputados Municipais para a lei, consultar a Lei n.º 75/2013, a Lei n.º 169/99 com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 e outras.

Fizemos o possível para enquadrar, delimitar aquilo que era o nosso campo de atuação, atendendo àquilo que ainda resta da Lei n.º 169/99, com as alterações produzidas em 2002, pela Lei n.º 5-A/2002 e aquilo que de novo foi imposto através da Lei n.º 75/2013, mas também aproveitámos a oportunidade, de daí o documento apresentar esta configuração, para inserir aquilo que são as regras estabelecidas por outras leis, na nossa atuação, nomeadamente o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, o que está previsto no Estatuto do Eleito Local, bem como os constrangimentos e inibições previstas no Código do Procedimento Administrativo.

Foi para facultar aos Deputados, ter um documento na mão que englobasse todas estas matérias e fosse mais confortável a nossa atuação, do que remetê-los sucessivamente para as leis enquadradoras da nossa atuação.

Quanto a aspetos em particular, aqui referidos por parte do Sr. Deputado *Faustino Cunha*, permita-me dizer, ter registado todas as suas observações, nomeadamente no que concerne à eleição da Mesa, deriva da lei essa exigência. Sempre que estamos na presença de eleição de pessoas, de nomes, não podemos fazer outra opção. Só quando são eleições de conjunto é que é permitido outro tipo de eleição.

Quanto à questão do aviso de receção, recordava-lhe a seguinte questão, que está expresso na lei que tem de ser assim.

O aviso de receção implica sempre registo e uma carta registada não implica o aviso de receção, daí a questão, apenas de referência ao aviso de receção.

Quanto ao Artigo 21.º, não se pretende quantificar quantos períodos há, a Assembleia é soberana para decidir. O que se está a dizer é que tem que haver um período.

E no Artigo 24.º, aqui sim, expressamos as vezes que esta Assembleia proporciona a possibilidade de intervenções aberta ao público.

Quanto ao Artigo 45.º, relativamente à ata, ela obedece estritamente àquilo que está expresso na Lei n.º 75/2013.

Quanto ao Período da Ordem do Dia, também já aqui foi referido, ele implica obrigatoriamente, os Outros Assuntos de Interesse para o Município, como período dentro da Ordem do Dia.

Posso também fazer uma referência àquilo que foi suscitado pelo Deputado *Carlos Fraga*, relativamente à conceção de revisão/reforma: revisão, o documento já existe, ele é apenas revisto; o conceito de reforma, só podemos ir até onde a fronteira da lei nos delimita. Não podemos fazer qualquer reforma, fazemos a revisão a um documento existente.

Quanto aos pequenos aspetos que mencionou, a Mesa e o Plenário são sempre soberanos para agilizar as suas fórmulas internas, não é preciso ficar no Regimento que a Comissão Permanente deverá ou deve reunir, ou tem que reunir determinadas vezes por ano.

Este documento, é um documento dinâmico, aberto, está sempre sujeito a aperfeiçoamentos, em resultado daquilo que a Mesa propuser ao Plenário e o Plenário assim o entender.

Quanto às senhas, não cabe ao Regimento expressar essa situação, porquanto ela está prevista no Estatuto do Eleito Local, mas essa previsão depois é acrescentada com aquilo que são os mapas de senhas estabelecidos pelo Ministério da Administração Interna, pela sua Direção Geral, quantifica em função da tipologia de cada Município, o correspondente ao que cada um de nós recebe por essas ajudas de custo e essas senhas, sempre na dependência do valor de referência, que é o ordenado do Sr. Presidente da República. Basta haver essa variação para provocar essas alterações todas. O Regimento não tem que o ter.

Quanto àquilo que se levantou aqui, das sessões, não esquecer nunca que, estamos aqui hoje numa sessão e uma sessão pode ser distribuída por diversas reuniões. Uma sessão não tem que se esgotar apenas num dia, podemos ver isso muito concretamente, nas Assembleias Municipais de Aveiro, que se realizam à noite e depois nunca têm tempo para tratar todos os assuntos e elas são desdobradas em quatro ou cinco reuniões, até estar completa a sessão da Assembleia Municipal.

Gostaria ainda de fazer uma pequena referência ao Artigo 27.º De facto a questão dos 60 minutos foi salvaguardada através do Ponto 2, em que, sempre que se tiver terminado este ponto e ainda for necessário, será prolongado por mais 30 minutos, o Período Antes da Ordem do Dia.

Mas chamava a atenção para um pormenor importante, que é a regra do uso da palavra para a discussão no Período da Ordem do Dia, porque no Artigo 27.º, estamos apenas a tratar do Período Antes da Ordem do Dia, em que se consagra 1 h. 30 m, sem prejuízo de acontecer que a sessão não se conseguir finalizar e ser desdobrada em duas reuniões.

Mas por exemplo, o Artigo 28.º que nos remete para o uso da palavra no Período da Ordem do Dia, tivemos a preocupação – está expresso no Ponto 2 – que quando estamos a falar do Orçamento, do Plano Plurianual de Investimentos, nas Grandes Opções do Plano e no Relatório de Gestão e Contas, cada Deputado pode intervir 10 minutos da primeira vez e 5 minutos da segunda vez e até pode optar por o fazer de uma só vez, em 15 minutos.

Entendemos que estes eram assuntos nobres, que mereciam outro tratamento, outro cuidado e outro tempo de pronunciamento sobre estas matérias. Penso que os tempos ficaram equilibrados, o resto era racionar no plano teórico, como disse o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, imaginar que se inscreveriam 50 deputados de uma vez só para falar sobre a mesma matéria, aí, naturalmente que os grupos municipais apontam quem é o porta voz, para determinado assunto que vem aqui à Assembleia Municipal.

Por fim, quero agradecer a confiança que foi em mim depositada e a responsabilidade que me coube na elaboração deste Regimento. Espero que seja um documento que dignifique esta Assembleia Municipal e também que dignifique Mirandela, pelo menos foi esse o propósito seguido, agradecer o empenho de todos os envolvidos e recordar que o Regimento é por si um documento dinâmico e está sempre aberto a aperfeiçoamentos.

Muito obrigado.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Eu julgo que a Mesa está em boas condições para se congratular pelo decurso de visível coincidência em relação ao trabalho da Comissão de Revisão do Regimento ouviu e registou todos os comentários que foram pertinentes, úteis e oportunos e julgo que estamos agora em condições de votar.

Antes porém, dizer o seguinte: consoante fizemos um alerta neste pequeno livrinho sobre o Poder Local, que já foi aqui referido, nós valorizamos muito a Comissão Permanente.

A Comissão Permanente tem o trabalho de uma espécie de poupança de trabalhos, de não perda de tempo e de resolver antecipadamente muitos assuntos.

A nossa intenção é que esta Comissão Permanente possa funcionar com alguma regularidade, embora a experiência nos mostre as dificuldades que cada um tem, pela sua vida profissional.

Mas isso está relacionado com o próprio espírito e do modo como foram legisladas as Assembleias Municipais.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 51 votos a favor, (37 votos do PSD, 5 votos do PS, 8 votos do CDS/PP e 1 voto da CDU) e 1 abstenção do PS, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, para o Mandato 2013/2017.**

#### **4.3– Certificação Legal de Contas – PKF – Relatório 1.º Semestre 2014.**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Ponto 4.3 é uma Certificação Legal de Contas, Relatório do 1.º Semestre e portanto a Mesa está atenta às inscrições dos Srs. Deputados, para intervirem ou fazerem comentários, uma vez que este ponto não necessita de ser votado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado *Carlos Fraga*, faça favor.

----- **Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu vou ser muito breve, porque penso que se está a aproximar a hora de fazer um intervalo.

Sobre esta informação económica financeira, o Certificado Legal de Contas, o Relatório do 1.º Semestre de 2014, numa consideração telegráfica, os Srs. Revisores Oficiais de Contas, depois de terem feito a necessária apreciação, aqui praticamente a terminar, nas principais notas, eu vou passar a ler, diz: *“O Município não cumpre na plenitude as regras que devem presidir à atribuição de transferências/apoios financeiros às diversas Associações e Colectividades do Concelho. Verificamos que não se encontram instituídos mecanismos de acompanhamento e controlo da respectiva aplicação aos fins visados. Recomendamos maior acompanhamento e controlo por parte do Município, o qual poderá ser exercido através da análise de relatórios de actividade a apresentar pela entidade que recebeu o subsídio.”*

Isto é só uma das observações das recomendações dos Srs. Revisores Oficiais de Contas.

Eu pergunto através da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, respeitosamente, se de facto isto já está a ser tido em conta.

Muito obrigado Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Relatório é da PKF. Eles fazem a avaliação daquilo que consideram, qualquer dúvida que possa ter em relação a este Relatório, deverá endereçá-la diretamente à PKF.

Não me vou pronunciar sobre nenhuma observação feita neste Relatório.

Em relação a este Relatório, qualquer dúvida que possa colocar, deverá colocá-la ao Revisor Oficial, é um princípio de independência e julgo que é assim que deve ser feito.

#### **4.4 – Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – 2015.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de setembro de 2014 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD, um voto contra do membro do PS, Eng.º João Casado e uma abstenção do membro do CDS/PP, Eng.º Carlos Pires, conforme proposto:**

**1 – Não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2015;**

**2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.4, Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.



Abertas as inscrições, o Sr. Deputado Faustino Cunha usou da palavra em 1.º lugar.

----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O meu pedido de intervenção é apenas para manifestar que penso, que o facto de a Câmara de Mirandela estar sujeita a um Plano de Saneamento Financeiro, a obriga a não prescindir desta receita.

Por outro lado, não é necessário, segundo a lei, de informar que não prescinde. É necessário, quando prescinde, de informar atempadamente, que vai prescindir em tantos por cento.

Se não prescindir, cumpre-se a lei e tem direito a esta transferência até aos 5%. Se tivesse que manifestar que tinha de dar, 1, ou 2 ou 3 ou 4%, é que tinha de comunicar antecipadamente.

Eu não vejo razão para a apresentação deste documento, pelo que me irei abster.

----- **Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha intervenção é para manifestar o voto contra do Partido Socialista, a este ponto da Ordem do Dia, por uma questão de princípio e responsabilidade política, pois o que esta decisão reflete, é que os atos de gestão, acabam por recair em cima dos municípios. Ou seja, são os Municípios que ficam sempre, assim desta forma, que a Câmara não liberte, ou não divida a sua participação no IRS de 2015, são os municípios que ficam sujeitos, desta forma a um duplo programa de resgate.

É este o princípio que não subscrevemos, sobre o que é um Plano de Saneamento Financeiro, um programa de resgate, se assim o quisermos dizer.

Ou seja, com esta lógica associada a este tipo de programas, temos a curiosidade de ter dois programas de resgate: um enquanto portugueses e outro enquanto mirandelenses. Porquanto temos um nacional ditado pela troika, que apesar da sua saída física, ainda nos deixou e ainda continuamos a pagar o enorme aumento de impostos, sobretaxa de IRS, IVA de 23% na alimentação, na eletricidade, o aumento do IMI e tudo mais. Depois temos outro municipal, refletido aqui, em que a Câmara não abdica da sua parte na receita do IRS, bem como há um agravamento também do IMI, bem como outras taxas a que o programa obriga.

Mas é este conceito e esta filosofia que não podemos subscrever, porque ora um município de um determinado município, porque a gestão não foi responsável, obtém assim dessa forma, uma maior carga fiscal, fruto da necessidade de recorrer a um programa.

E outro, residente num município de uma gestão mais rigorosa, acaba por não ter que pagar e ser beneficiado e contemplado, em sede dos seus impostos.

Ou seja, no limite, qualquer Presidente no exercício das suas funções, à medida que se aproxima do final do limite dos seus três mandatos, pode exercer as funções da forma que o entender, pois nunca há-de ser responsabilizado no final desses seus mandatos, porque quem pagará a fatura a seguir, já nem será tanto do ponto de vista político, o Presidente seguinte pagará, mas já não pagará tanto, serão sempre os municípios a ter que pagar aquilo que são as exigências de um programa de auxílio que vem do Orçamento Geral do Estado para o Município, para corrigir determinada gestão, mas afinal evita o município para ter direito a este dinheiro, diz lá aos teus municípios que vão ter que pagar as derramas, os IMIs e os IRSs.

Não é possível depois, nos tempos difíceis em que hoje vivemos, em que tínhamos uma esperança no futuro de um alívio deste sufoco que tem sido, o Governo entende que, para poder apoiar financeiramente o município em dificuldades, quem o vai pagar são os seus municípios, ficando assim sujeitos a dois planos de resgate, um nacional e outro municipal. Daí o nosso voto contra.

----- **Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não era para fazer nenhuma intervenção sobre este ponto, nunca pensei que levantasse polémica.

Em parte concordo com o Sr. Faustino, acho que a Câmara não tinha nada que levar, portanto expôs-se politicamente, demonstrou politicamente que tomava esta decisão, mas há aqui uma coisa com que fiquei admirado e especialmente o PS. É que, falam no social, no social, no social e depois retiram-se verbas para não haver social. Porque esta lei, havendo os 5%, vai favorecer aqueles que têm o IRS grande. Os pobres já não fazem IRS, há outros que não pagam nada. Quem é que vai ser sacrificado? A classe média e aqueles que têm o IRS grande, para depois terem dinheiro para fazer apoio social.

Se isto viesse de outro partido, eu até compreendia, agora vir do PS, então onde é que está o social do PS!...

----- **Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu, é só para reafirmar o nosso voto a favor desta Proposta que é apresentada pela Câmara, aliás já vem desde que ela foi instituída, porque foi retirado aos municípios através da Lei da Finanças Locais e agora com esta variável até 5%, nós concordamos com esta situação, dado que as migalhas que são retiradas (consideramos nós) podem fazer um pão grande, que possa contribuir.

O vir a esta Assembleia, tem que vir, porque é de lei, senão a páginas tantas, então não vem nada.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas de forma telegráfica dizer, que efetivamente a lei não diz que tem que vir. Se nós não trouxermos, automaticamente, fica como está. Acho que também tivemos este debate no ano passado, sobre esta questão, o que significa que o objetivo é que esta não comunicação não fique fora do debate desta Assembleia, foi esse o nosso objetivo.



----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 39 votos a favor, (36 votos do PSD, 2 votos do PS e 1 voto da CDU), 7 abstenções do CDS/PP e 5 votos contra do PS, aprovar não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2015.

#### 4.5 – Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I. M. I.) – 2015.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de setembro de 2014 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD, um voto contra do membro do PS, Eng.º João Casado e uma abstenção do membro do CDS/PP, Eng.º Carlos Pires, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Taxa de 0,4% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2015 aos prédios urbanos;
- 2 – Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
  - a) Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
  - b) Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
  - c) Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 3 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Boa tarde Srs. Deputados.

Vamos recomençar, temos quórum vamos para o Ponto 4.5, Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis e a Mesa. Estão abertas as inscrições.

A palavra ao Deputado *David Garrido*.

----- **Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Esta história dos aumentos de taxas para quem vive em crise, é complexa.

Isto de passar de 0,3% para 0,4%, o IMI, vem agravar os proprietários. Mas há uma que eu não posso calar-me, que é elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos no diploma próprio...eu li este diploma.

O que eu pergunto é: vale a pena investir em Mirandela? Vale a pena gastar o que se tem e o que não se tem, para se construir para pôr no mercado de arrendamento? Dada a crise, não se consegue alugar e é-se penalizado por isso.

E eu vou contar a situação pessoal, porque ela é perfeitamente elucidativa.

Eu tenho casas no mercado de arrendamento, não alugo a quem quer, só alugo a quem me possa pagar. Tenho exemplos de que aluguei e quando me abandonaram a casa, tudo o que me pagaram não deu para pagar os prejuízos e portanto pergunto se vale a pena alugar, a não ser que seja alugada à Câmara...parece ser uma pessoa de bem...

O problema é este: eu tenho a casa no mercado de arrendamento, não a consigo alugar durante o ano, tenho que ser penalizado em três vezes mais? Por alma de quem?

Eu li o Decreto-Lei n.º 159/2006, de 08 de Agosto. Eu sei que não estão incluídos os emigrantes, as casas de férias...eu até tenho as casas em venda, se alguém as quiser comprar também as vendo. Creio que não vale a pena investir para ser penalizado.

Tenho a impressão que esta lei quando saiu, saiu um bocadinho para Lisboa, mas agora, face à argumentação de que não há dinheiro, vai-se buscar sempre aos mesmos, porque são sempre os mesmos que têm que pagar.

Nós estamos a pagar aquilo que dizem vivermos acima das possibilidades. Se calhar a dívida que existe, foi também de se viver acima das possibilidades, ou seja, de se gastar aquilo que não se devia e agora estes têm que pagar.

Portanto, votarei contra esta Proposta, quer do aumento do IMI de 0,3% para 0,4% e essencialmente elevar ao triplo as casas que estão devolutas...30, o triplo são 300%, trinta os prédios urbanos degradados.

Quem investe, quem quer pôr as casas a render, no mercado de arrendamento, mas não aparece quem as queira utilizar, ser-se penalizado por isso...isto vai mal...



----- **Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS):**

Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos expressar o nosso sentido de voto desta Proposta, que vai no sentido de voto contra. E porquê? Para além das razões aduzidas anteriormente, relativamente à participação variável na taxa do IRS e os argumentos que aqui teci, neste caso em particular, há um agravamento da taxa do IMI, para os municípios de Mirandela, é um factor de agravamento em que estamos em presença.

E no momento em que todos nós desejávamos ver um sinal de esperança e melhores dias, acontece precisamente o contrário, vemos agravados os nossos impostos, para além, como eu dizia, relativamente à taxa do IRS no plano nacional, mas também no plano municipal.

Eu sei e tive a preocupação de ler o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que refere que algumas medidas propostas assentaram na valorização e alienação do património municipal, como garantia do cumprimento dos objetivos do aumento da receita e da diminuição do endividamento, mas a atual conjuntura económica não permite que esse objetivo seja cumprido, pela ausência de investidores.

Eu estou seguro que estas palavras do Sr. Presidente, não traduzem um sentido de rendição, pelo facto de estarmos na presença de uma ausência de investidores. De facto, a conjuntura económica é difícil, mas acima de tudo, espero que não haja um espírito de conformação, porque nestas questões do IRS e do IMI, os municípios e as cidades também têm que ser competitivas e disputarem o investimento, os investidores, mas também a população.

Vemos isso nas grandes áreas metropolitanas, na concessão da taxa variável do IRS e nas taxas de IMI, disputam habitantes, disputam investimento nesses seus territórios. Nós, também no interior, chegaremos fatalmente a uma situação dessas, pelas concessões que é possível a Câmara Municipal nestas suas participações, quer no IRS, quer na fixação da taxa, também seguirem esse caminho.

Estou consciente que, conforme o Sr. Presidente refere no despacho, o recurso a programas excepcionais de apoio ao equilíbrio financeiro, como o PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) ou o recente FAM - Fundo de Apoio Municipal, implica o agravamento de todas as taxas municipais até ao máximo legal, não chegámos lá, mas contudo estamos na presença de um agravamento de 0,3% para 0,4%. E relativamente a esta questão também expressei de manhã que é uma questão de princípio e de filosofia de exigência do programa.

No entanto, queria deixar de fora a seguinte situação:

Que quanto ao agravamento e à majoração a aplicar aos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, aos prédios urbanos degradados e aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontram em situação de abandono, não nos opomos, merece a nossa concordância, porque acreditamos, haver por parte da Câmara Municipal, uma aplicação rigorosa do diploma próprio sobre esta matéria, ou seja, o Decreto lei n.º 159/2006. Não estamos na presença de uma questão discricionária, nestas tipificações que aqui ficam expressas, quanto às taxas que são elevadas para o triplo, as majorações de 30% e também para o dobro da taxa de 0,8% nos prédios rústicos.

Existe matéria jurídica que enquadra estas situações e cremos que será devidamente aplicada. Portanto não nos opomos a estas majorações e agravamentos.

----- **Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde.

Temos aqui um caso exagerado e que eu também sou, dos que sou muito prejudicado com este aumento, mas compreendo perfeitamente.

O Sr. *Garrido* dizia que era contra isso dos prédios devolutos, taxa a triplicar, prédios em ruínas. Leu o Decreto, não leu? Viu quem assinou? daquelas duas cabecinhas não podia sair mais nada: *José Sócrates* e *António Teixeira dos Santos*.

Daquelas duas cabecinhas tinha que sair uma coisa destas. Eu fiquei admirado quando o Deputado do PS fala nisto, mas depois não conclui. Esse Decreto é do Governo Socialista, *José Sócrates* e o Ministro das Finanças *António Teixeira dos Santos*. Dessas duas cabecinhas tinha que sair uma asneira destas.

Quanto ao resto, o Sr. Deputado do PS, disse aquilo que eu vou repetir, mas depois não concluiu, que é o seguinte:

E aqui, falo para a minha bancada.

Nós apoiamos o Executivo, no Plano de Saneamento Financeiro, nós somos responsáveis por essa aprovação. E se somos responsáveis por essa aprovação, tivemos que assumir determinadas condições de receita e de despesa.

Uma das coisas das receitas, era a valorização ou a venda do património municipal. Essa venda que se projetava render à volta de 550M €, não se concretizou...não há dinheiro, é verdade, isto é tudo uma cambada de tesos, somos todos uns tesos, não temos dinheiro, pronto, não se concretizou.

E o Sr. Deputado *José António*, disse e disse muito bem, que o Executivo ao não ter essa receita, tem que lançar mão de outras receitas. Podia lançar mão da derrama e ir para cima das empresas, acabava com o resto que há...então era a desgraça total. Ou então recorrer ao Programa Excepcional de Apoio ao Equilíbrio Financeiro, ao (PAEL), ele referiu isso, ou então ao Fundo de Apoio Municipal, que também referiu, mas não concluiu. É que se a Câmara recorrer a isso, nós não vamos pagar 0,4%, vamos pagar 0,5% no IMI e nas outras taxas. Se a Câmara recorrer a um desses programas, nós temos que ir para as taxas máximas.

E por isso, eu apelo aqui à nossa bancada, já que apoiamos o Executivo no Plano de Saneamento Financeiro, pode-nos custar, mas é preferível pagar 0,4%, a pagar 0,5%.

Nós devemos apoiar esta Proposta do Executivo.





----- **Deputado Municipal, António Figueiredo (PSD):**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, boa tarde a todos.

As minhas palavras, ao fim e ao cabo caem em saco roto, porque o Professor *Dinis* falou naquilo que eu ia falar e era aquilo que eu tinha, para comentar.

É evidente que este fator de agravamento, não vem de agora, Sr. *José António*, vem desde 2009. O seu partido, o Sr. *José Sócrates*, - como disse o meu companheiro de partido, o Professor *Dinis* - e o *Teixeira dos Santos*, esse tal Decreto-Lei que o Sr. *Garrido*, vem aqui invocar, foi na legislatura de *José Sócrates*, e na legislatura de *Teixeira dos Santos*. E aquilo que o nosso Presidente e a bancada que o apoia, em termos de Câmara Municipal, só tem uma situação e até eu sou mais radical do que isso. Que a média nacional, em termos do Anuário Financeiro dos Municípios, a taxa média nacional de IMI, é 0,5%. Se essa taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, for para o PAEL ou para o FAM (Fundo de Apoio Municipal), a taxa pode não chegar a 0,5%, pode ultrapassar ainda os 0,5%. Quer dizer, ainda o Município poderia ser mais penalizado (neste caso os municípios) em termos de taxa de IMI.

Portanto, é um pau de dois gumes, nesta situação, penso que é mais compreensível da nossa parte. E estarmos aqui a falar de retórica política e não de factos em termos de: que a taxa vai triplicar, que a taxa de prédios devolutos não triplica mas quadruplica, etc. etc., tudo isso são fatores de retórica.

Eu acho que esses prédios que estão pela cidade fora, devolutos, que as taxas devem até quadruplicar ou quintuplicar, porque há cidadãos de Mirandela, que deixam única e exclusivamente cair as suas habitações e não fazem nada em relação ao cuidado à reabilitação, à recuperação e à edificação desse património que a cidade de Mirandela tem e que continua a degradar-se de dia para dia.

Devíamos ter um pouco de bom senso e um pouco de criatividade - não chamo criatividade arquitetónica, que isso é outro factor, mas criatividade cívica, para que isso pudesse acontecer.

Eu, não tenho grandes rendimentos, não tenho grandes apartamentos, pago o IMI, aquilo que pago.

Não estou aqui a dilatar mais o meu tempo, em relação a certas presunções morais ou cívicas que um elemento da Assembleia Municipal poderá aqui reivindicar, mas eu até acho que a taxa fica aquém do que eu pensava que poderia ser. Em termos de média nacional é 0,5%.

Há municípios em dificuldade financeira, neste momento são 29 municípios e o FAM vai aplicar a lei do IMI e esse IMI pode ultrapassar os 0,5%. Não é o valor nacional, o valor nacional é 0,5%, é aquilo que eu estava a dizer, Sr. *Garrido*.

Portanto, se nós formos para o FAM, ou para o PAEL, poderemos ser ainda mais prejudicados, porque nos põem taxas superiores. É isso que eu estava a dizer, não me surpreende muito que este valor de 0,4%, seja um valor muito severo, "chamemos-lhe assim". Ele é severo mas não é muito severo.

É isto que eu tenho a dizer.

----- **Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço desculpa, mas gostava de fazer uma clarificação.

Quando fiz a minha intervenção, quis deixar bem claro que votamos contra a taxa do IMI, de 0,3% para 0,4%. Mas também disse expressamente, que concordamos com aquilo que é o agravamento e a majoração dos prédios em ruína, das áreas florestais que se encontram ao abandono, porque não estamos disponíveis para dar cobertura a situações de incúria, negligência e até de especulação imobiliária. Fiz a distinção daquilo que era o nosso sentido de voto nestas duas matérias, até porque estamos na presença da deliberação da Câmara, "Ponto 1 e Ponto 2", são duas matérias distintas votadas em Câmara, mas que nesta Assembleia nos é apresentado em globo para votarmos, não nos tornando possível fazer a destriça deste voto, conforme ele ocorreu na Câmara.

Aqui é-nos apresentado de forma global, por isso na minha intervenção eu quis deixar claro as duas posições, relativamente à matéria que nos é apresentada.

Também quero dizer que, por isso é que eu situei o meu discurso no despacho do Sr. Presidente. Conforme referi, de facto o PAEL e o FAM, implica o agravamento de todas as taxas municipais até ao máximo legal. E disso também tenho consciência e não o omiti.

O que eu quero dizer é que o Programa de Saneamento Financeiro a que estamos a proceder, por falta, por exemplo, da ausência de investidores, da captação de investimento, conduziu a esta solução, que vem onerar os municípios, relativamente à carga fiscal que impende sobre nós no plano nacional.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em relação à questão do reequilíbrio da taxa do IMI bruta, está justificada na minha apresentação e está justificado qual é o caminho.

Recordo que Mirandela sempre esteve entre os Municípios com IMI - até este momento e este só será aplicado no próximo ano - mais baixo, da região e recordo também que assim continuará, porque os valores continuam a ser praticados.

Recordo também e penso ter sido motivo desta pequena dúvida com o Arq.º *Figueiredo*, é que antigamente havia duas taxas, que agora foram fundidas numa única taxa. Havia dois momentos da taxa: os avaliados e os não avaliados e os que vinham antes. É por este facto que isto acontece.

Sobre esta questão, é clara a minha proposta, temos que compensar as dificuldades de cobrança que estão previstas no Plano de Saneamento Financeiro e temos que recorrer de forma concreta, conforme está no documento que iremos analisar a seguir, que é o

Relatório Semestral do Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que diz claramente que temos que ter uma alternativa.

As alternativas são de índole fiscal, não existem outras. E aqui havia uma opção e fazendo as contas claras: ou fâmos no sentido do aumento da taxa do IMI, que não agrava os impostos de todos os municípios, agrava os impostos dos municípios proprietários – atenção...não é universal, ou poderíamos recorrer à aplicação de algo que nunca foi feito e se for possível não o faremos, que é a aplicação da derrama, que iria recair sobre as empresas regionais e locais e os investidores.

Gostaria de dizer que há aqui algumas dúvidas em relação ao Ponto 2, “Ponto dos Benefícios”.

É nossa intenção, se conseguirmos encontrar o enquadramento legal, fazer o oposto do que disse o Sr. *David Garrido*.

Considero que os prédios que foram construídos e estão neste momento em venda e foi feito investimento pelos investidores para os poder construir e situações de arrendamento para habitação, deviam ter benefícios fiscais, considerando que os investidores já fizeram esse esforço. Eles não participam de forma equitativa naquilo que é a carga de infraestruturas para a qual o IMI sob conceito, foi desenvolvido.

Assim, não vamos misturar o Ponto 2, com o 1.º Ponto.

O 1.º Ponto, é pura e simplesmente aquilo que está na lei e que nós traduzimos aqui com um objetivo claro, isto é, de ir atrás dos prédios em ruínas, em Mirandela e no meio rural.

Cada prédio identificado, só será agravada a taxa, quando o prédio for identificado e existir um processo municipal devidamente fundamentado.

A Câmara Municipal está preocupada em encontrar os prédios devolutos que existem hoje nesta cidade, mas que são prédios que contribuem para a pouca qualidade urbana da cidade, que estão em ruínas *perseguindo* (perdoem-me a expressão) aqueles que não cumprem as obrigações normais, de conservar as suas habitações.

É assim que irá acontecer, sempre sujeito a um relatório que é entregue individualmente, trata-se de um trabalho bastante desenvolvido, em que vamos dar prioridade às situações que já temos identificadas, que já foram até notificados os proprietários e que teimosamente continuam a não fazer nenhum tipo de intervenção. É este o objetivo da Câmara Municipal, nunca procurar o que é edificação corrente, normal e vulgar.

A classificação da lei é esta, nós não podemos pô-la aqui. O que nós podemos eventualmente fazer, é essa diferenciação, mas que como sabem, também - já agora, o anterior Orçamento de Estado do Governo, proibiu qualquer alteração nas isenções fiscais, que não fossem as que estão previstas na lei corrente.

Em relação aos investidores, não vamos misturar uma coisa com a outra.

Qualquer investidor que em Mirandela seja identificado, considerado e avaliado, no fundamental para o desenvolvimento local ou urbano, pode ter direito aos benefícios fiscais. E eu recordo que neste momento a Câmara Municipal já tem diversos apoios, - nomeadamente, ao comércio local – em curso, em que damos apoios, por exemplo, na renda, 200 € por mês, aprovados na Reunião de Câmara, não sei se têm verificado, que é muito superior ao valor que algum dia esses investidores irão pagar de IMI, porque alguns deles nem sequer pagam IMI.

Não vamos confundir benefícios fiscais a investidores, com o sistema normal de taxação dos impostos que são dados aos Municípios.

Existem claramente duas situações: a primeira, de agravamento da carga fiscal no IMI, suportada pelo conteúdo dos nossos pareceres; a segunda, todos estes elementos (tenho pena que não falem no último, que é o que está ligado às áreas florestais) vai ser muito mais difícil conseguirmos identificar as áreas florestais, do que propriamente os prédios devolutos. Mas mesmo assim, esta é uma forma de conseguirmos, aproveitando as oportunidades que neste momento nos dá esta legislação, tentarmos pressionar o proprietário de áreas florestais que prejudica o cômputo geral da proteção contra incêndios, do nosso concelho, são medidas todas elas direcionadas para forçar intervenções em áreas que neste momento, por algum motivo temos mais dificuldades.

Vamos tentar identificar todos os prédios em ruínas, todo esse edificado degradado que temos, não só em Mirandela, mas no concelho também, de maneira a *forçar*, de alguma forma, os proprietários.

Também tenho que vos dizer, que esta situação está ligada a outra:

A nova lei dos solos, que foi recentemente publicada, é bastante clara, em relação a duas figuras que são novas, que é a expropriação e a venda forçada, que permite com alguma pressão jurídica e alguma pressão fiscal, obrigar os proprietários que não recuperam os seus edifícios, a fazerem essas intervenções, ou então a vender os edifícios para que alguém o faça por eles.

Separámos estes dois pontos: um do ponto de vista de conceito, não tem nada a ver com o outro, a parte de baixo não é o agravamento, a parte baixo é uma forma de, do ponto de vista fiscal tentar dinamizar setores que estão neste momento com dificuldades.

A parte de cima, é naturalmente o agravamento fiscal, que eu assumo aqui.

Queria fazer um esclarecimento muito rápido sobre uma questão que aqui foi levantada, que eu não esclareci, que tem a ver com as duas deliberações.

Essa situação surgiu também na Reunião de Câmara, aliás o Eng.º *João Casado* fez uma Declaração de Voto nesse sentido.

Nós estamos a falar no agravamento da taxa que aprovámos antes e por esse facto era impossível separar as duas deliberações.

Ainda avaliámos essa possibilidade, foi estudada na Câmara Municipal a possibilidade de votar individualmente os dois pontos, mas estamos a falar do agravamento da taxa anterior, o que significa que nunca poderíamos separar os dois pontos. Foi esse o entendimento e nesse sentido houve uma Declaração de Voto do Eng.º *João Casado* que é nesse sentido.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.



**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 33 votos a favor, (31 votos do PSD e 2 votos do CDS/PP), 6 abstenções do CDS/PP e 7 votos contra (6 votos do PS e 1 voto da CDU), aprovar a Taxa de 0,4% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2015 aos prédios urbanos e nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI:

- Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
- Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.

#### 4.6 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T. M. D. P.) – 2015.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de setembro de 2014 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:  
1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2015, ou seja, de 0,25%;  
2 - Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos continuar, Ponto 4.6, Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Estão abertas as Inscrições.

----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito simples, mas apenas para ter uma perceção do que estamos a discutir.

Gostaria de pedir à Mesa o favor de o Executivo esclarecer qual é o valor esperado da receita, com esta proposta, que é manter o que estava e quanto é que se recebeu em 2013.

Julgo haver aqui problemas graves do ponto de vista da cobrança efetiva da receita, que é aqui decidida.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Sr. Presidente quer dar alguma informação sobre este ponto?

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Este valor representa cerca de 15.000 €. Depende dos anos, é relativo ao número de contratos e a forma como os contratos são feitos. É prejudicado por um certo progresso da rede móvel em relação à rede fixa e subterrânea, é um valor que oscila todos os anos.

É prejudicado também pelas sucessivas mudanças de contrato e o sucessivo aparecimento de operadores.

----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Têm dificuldade em cobrar?

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Não há dificuldade em cobrar. Se repararem nas faturas das comunicações, tem que vir devidamente identificado pelas empresas mais conhecidas do mercado, normalmente de forma voluntária e concreta.

O problema é que há muitos operadores no mercado neste momento, outros operadores que nós não conhecemos, há a NÓS, a PT, a Vodafone, há um conjunto de empresas que trabalham normalmente e essas normalmente têm as suas situações regularizadas.

Aparecem operadores no mercado, que vendem o serviço e à partida deviam pagar a mesma Taxa de Direitos de Passagem, que não temos conhecimento e muitas vezes não sei sequer se cobram, mas não o fazem aparecer.

Este assunto está neste momento a ser estudado pela Associação Nacional de Municípios, não só na perspetiva das comunicações, também na perspetiva do gás, que também se coloca a mesma situação e mesmo na perspetiva da eletricidade e outras, as chamadas utilities.

No fundo, quem paga sempre é o cliente, não vale a pena termos dúvidas, agora a forma como a afetação da taxa é feita, é que está em causa.

Dou mais uma vez o exemplo da água, existe uma taxa de recursos hídricos que é paga sempre pelo cliente no final, a forma como ela é paga e como aparece na fatura é que ainda não está clarificado. Estamos a falar de um valor muito reduzido.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.



**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor, (31 votos do PSD, 6 votos do PS e 8 votos do CDS/PP) e 1 voto de abstenção da CDU, manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2015, ou seja, de 0,25%.

#### 4.7 – II Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de setembro de 2014 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD e duas abstenções, (uma do membro do PS Eng.º *João Casado* e uma do membro do CDS/PP Eng.º *Carlos Pires*), conforme proposto:

- 1 – Aprovar o II Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos para o Ponto 4.7, II Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

Estão abertas as Inscrições.

----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De uma forma geral, o Relatório de Acompanhamento está correto, traduz o que se passou, devemos dizer que o ponto seguinte da ordem dos trabalhos que vamos discutir, que estava aqui previsto, que durante seis meses tinha que se dar uma solução ao Matadouro do Cachão e como tal, aparece na sequência.

Mas a medida seis, que dizia: “*implementação de um orçamento de atividades de base zero, a implementar em 2013, caso se encontrem reunidas as condições.*”

Muito embora, eu pessoalmente do ponto de vista teórico, sei o que é um orçamento de base zero, mas do ponto de vista prático, nunca vi nenhum, mas perguntava e para 2014? Vamos ter o orçamento base zero?

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Não há mais nenhuma inscrição, não sei se o Sr. Presidente quer complementar alguma informação.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

O orçamento de base zero, está associado à contabilidade analítica e neste momento a Câmara Municipal está a fazer um trabalho bastante continuado e contínuo, de implementação da contabilidade analítica.

Estamos a falar de uma Câmara que tem dimensões extremamente dispersas e na qual a implementação da contabilidade analítica, não tem tido a velocidade que nós desejaríamos.

É evidente que o objetivo do Orçamento Base Zero, estando aqui como objetivo, vocês já o podem ver, quer no último orçamento de 2014 e se calhar vão vê-lo muito mais no orçamento de 2015, que nós vamos apresentar aqui em dezembro ou em novembro, é a diminuição do empolamento da receita em função daquilo que é a previsão da execução.

Nesse sentido, quanto mais estamos perto dessa execução, melhor vamos conseguindo esse objetivo e esperamos que em 2014, seja possível apresentarmos taxas de execução, mais elevadas ainda ou pelo menos já mais estáveis e em 2015 vá melhorando.

Temos que dizer que esta questão do Orçamento Base Zero é quase um objetivo que não sabemos se vamos cumprir, pelo menos não conheço nenhum Município que tenha o Orçamento Base Zero.

Há o objetivo de o fazer, implementando a contabilidade analítica, o conceito de Orçamento Base Zero, será associado, não à gerência de forma global, mas essencialmente aos consumos diretos e habituais.

No investimento, temos sempre uma grande dose de incerteza. Eu posso ter hoje uma candidatura, amanhã é aprovada ou não, ou até vem reprovada, mas naquilo que é a atividade corrente (salvo seja) se houver situações excecionais, conseguimos ir, com a contabilidade analítica a aproximar-nos. Este é um objetivo, que nós temos e temos-lo em gestão, mas também não sabemos quando é que o vamos implementar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 39 votos a favor, (31 votos do PSD, e 8 votos do CDS/PP) e 6 abstenções (5 votos do PS e 1 voto da CDU), aprovar o II Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

#### 4.8 – Proposta de Alteração de Estatutos – AIN – Agro-Industrial do Nordeste S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de setembro de 2014 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

**1 – Aprovar a Proposta de Alteração de Estatutos da AIN – Agro-Industrial do Nordeste S.A., que altera a sua designação para AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A. e reduz o seu capital social para dois milhões e oitenta mil euros;**

**2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.8, que é uma Proposta de Alteração Proposta dos Estatutos – AIN – Agro-Industrial do Nordeste S.A.

Inscrições, para esta Proposta de alteração estatutária.

Não registamos nenhum pedido de inscrição.

Perguntava ao Sr. Presidente se quer dar alguma informação antes de votar.

Faça favor Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero apresentar um pedido de desculpa em relação ao 3.º ponto, que foi enviado com algum atraso, por questões puramente administrativas, o objetivo era que os três pontos estivessem nesta Assembleia em conjunto, tivessem ido à Reunião de Câmara em conjunto. Houve um atraso formal técnico e só pudemos enviar o 3.º ponto, depois.

Estes três pontos estão ligados, pela Lei 50/2012, de 31 de agosto, a Lei do Setor Empresarial do Estado.

De acordo com a nova lei, nós temos obrigatoriedades legais, que temos de cumprir em relação às empresas participadas, nomeadamente, neste caso à AIN e depois o MIC que não sendo uma empresa participada, é uma empresa completamente detida a 100% pela AIN.

O que aqui é apresentado, foi deliberado em Assembleia Geral destas empresas, no sentido de regularizar a nossa situação.

A alteração dos estatutos, respondendo ao que vocês têm bem descrito na Introdução do ponto, a Minuta do Contrato-Programa, por causa da viabilização que garanta a estabilidade e finalmente a venda, ou a tentativa de venda do MIC, porque a Câmara Municipal não pode ter atividades mercantilistas.

São três pontos que estão ligados, mas se for necessário algum esclarecimento, estarei disponível.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor, (31 votos do PSD, 6 votos do PS e 8 votos do CDS/PP) e 1 voto contra da CDU, aprovar a aprovar a Proposta de Alteração de Estatutos da AIN – Agro-Industrial do Nordeste S.A., que altera a sua designação para AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A. e reduz o seu capital social para dois milhões e oitenta mil euros.

**4.9 – Minuta de Contrato-Programa entre a AIN-Agro-Industrial do Nordeste, S.A., o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de setembro de 2014 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Minuta de Contrato-Programa entre a AIN - Agro-Industrial do Nordeste, S.A., o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor;**
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para a outorga do referido Contrato-Programa;**
- 3 - Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.9, do Período da Ordem do Dia, Minuta de Contrato-Programa entre a AIN-Agro-Industrial do Nordeste, S.A., o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor.

Inscrições para discussão deste ponto.

Sr. Deputado *Carlos Fraga*, faça o favor de intervir.

----- **Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Muito boa tarde Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha intervenção é só uma questão de pormenor, penso que foi um lapso que é perfeitamente corrigível, desta minuta.

Na Cláusula 4.ª, “Vigência” que diz o seguinte: “O presente Contrato-Programa, tem uma vigência de um ano, podendo ser renovado por iguais períodos”. É renovado? Penso que aqui há um lapso, só estou a chamar a atenção.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Sr. Presidente quer dar alguma informação sobre este Contrato-Programa?



----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Acho que é um erro, não há dúvidas quanto a isso. Tem toda a razão, naturalmente que é: “renovado por iguais períodos”.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor, (31 votos do PSD, 6 votos do PS e 8 votos do CDS/PP) e 1 voto contra da CDU, aprovar: 1 - A Minuta de Contrato-Programa entre a AIN - Agro-Industrial do Nordeste, S.A., o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor; 2 - Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para a outorga do referido Contrato-Programa.

#### **4.10 – Pedido de Autorização para a Abertura de Concurso Público para a Venda da Participação da Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M. no Matadouro Industrial do Cachão, S.A. e Aprovação da Minuta de Regulamento de Concurso Público.**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Resta o último ponto, um Aditamento, que é um Pedido de Autorização para a Abertura do Concurso Público, para a Venda da Participação da Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., no Matadouro Industrial do Cachão, S.A., e Aprovação da Minuta de Regulamento do Concurso que lhe diz respeito.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado *David Garrido*, que pode desde já usar da palavra.

----- **Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta venda é obrigatória ou é por decisão das Câmaras? Como é que vai ficar o pessoal do Cachão, no caso de venda? A venda é feita por 1€, é claro que, ficando com as dívidas. O problema é que, vende-se por 1€ e a Câmara tem que pagar as dívidas na mesma.

A questão que eu ponho, é: É para privatizar? Voto contra.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Alguma informação sobre este assunto, Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há já algum tempo e que mesmo antes de assumirmos estas funções, houve tentativas de vender o Matadouro do Cachão, por outras entidades, neste momento, o que aqui aparece, é uma resposta à Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Nós, Municípios, de acordo com a Lei 50/2012, de 31 de agosto, que é a lei do Setor Empresarial, não podemos, ter atividades mercantilistas e então somos impulsionados a libertar-nos delas.

Neste caso, as Câmaras (de Mirandela e de Vila Flor, podia ser só a de Mirandela) têm que colocar no mercado, as suas atividades mercantilistas. O que aqui foi feito foi salvaguarda os interesses, quer da empresa, quer dos proprietários, que são os Municípios, quer dos trabalhadores, que aliás, neste momento a maior salvaguarda é a atividade que nós tivemos oportunidade de mostrar aqui na última Assembleia, onde trouxemos as contas, em que do ponto de vista operacional, hoje em dia existe ali uma unidade que trabalha, produz, com progresso significativo, naquilo que é a sua atividade, hoje o Matadouro do Cachão, do ponto de vista operacional, esquecendo o passivo, consegue ser equilibrado.

A verdade é que isto é para responder a um imperativo legal, que é as Câmaras proprietárias, têm de colocar no mercado, todas as atividades mercantilistas, que tenham em empresas municipais. É por esse motivo que estamos aqui hoje a apresentar esta Proposta.

Até hoje, nunca houve nenhuma Proposta de aquisição do Matadouro, se ela surgisse, teríamos todo o gosto em negociá-la.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor, (31 votos do PSD, 6 votos do PS e 8 votos do CDS/PP) e 1 voto contra da CDU, aprovar o Pedido de Autorização para a Abertura de Concurso Público para a Venda da Participação da Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M. no Matadouro Industrial do Cachão, S.A. e Aprovação da Minuta de Regulamento de Concurso Público.

### **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

#### **5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.**



----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais: *Carlos Fraga, Isabel Barreira, Rita Messias, Pedro Beato, Rui Sá, Fernando Mesquita, Faustino Cunha, Paulo Pontes, António Figueiredo, José Domingos Carneiro, David Garrido, Marcelo Iago e José António Ferreira.*

----- **Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Novamente muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste Ponto de Outros Assuntos para o Município, eu queria colocar aqui algumas questões que me ocorrem, espontâneas, através da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara.

A primeira tem a ver com a tarifa dos parquímetros.

Não sei se é oficial, hoje não tive possibilidades de ver isso, mas ontem creio que sim, que era um dado concreto, que o estacionamento que se quer que seja pago, conforme o Regulamento que foi aprovado nesta Assembleia, mas que ainda não está em ação.

Vi pessoas a pagar e vi outras que não pagavam e não vi ninguém a fiscalizar, portanto gostaria que o Sr. Presidente se pudesse, por favor, respondesse se há alguma desarticulação, se há alguma exceção. Eu pelo menos não estou esclarecido. Lei é lei, bem ou mal e quando ela é aprovada e é para entrar em vigor, naturalmente é para todos, não há exceção. Gostaria de ver respondida essa questão, se puder ser.

A outra questão prende-se com as obras de melhoramento de acesso, que vem da Autoestrada Transmontana de Mirandela Oeste, que liga à nossa cidade, por sinal uma das entradas de maior fluxo de trânsito, na nossa cidade.

São conhecidas de todos nós as obras de melhorias que foram feitas, não é aquilo que eu e se calhar muitos de nós gostaríamos, o que precisamos, mas aquilo que eu considero que de momento se remediou, não deixando todavia de registar que é um melhoramento.

A nível de piso, segundo o que eu me apercebo, até à Ponte Eng.º *Machado Vaz*, as coisas parece-me que estão estabilizadas ou quase concretizadas, mas com as chuvas intensas que vieram neste mês de setembro e os dias estão a decrescer, como todos nós sabemos e quando se aproxima a noite, uma coisa que eu acho terrível e mais vale prevenir do que remediar, diz o nosso povo e com razão, ou seja, as marcações. Dado o fluxo intenso de tráfego que temos nos dois sentidos, e depois da pavimentação que me parece estar concluída, da necessidade imperiosa, de proceder por quem de direito, a essas marcações, para evitar acidentes, que tragam estragos de maior, quer a nível material, quer de natureza pessoal.

Outro assunto, é deixar aqui uma palavra de solidariedade também, para os nossos agricultores, do nosso concelho, nomeadamente nas freguesias onde foram afetados de uma maneira bastante severa, pelas últimas trovoadas.

A comunicação social fez eco disso, também há outros casos isolados que não vieram para a comunicação social, mas que sucederam aqui, bem perto. Costuma-se dizer que o agricultor e todo o seu esforço, o seu trabalho e a sua produção, anda sempre com o credo na boca. O trabalho da agricultura é um trabalho bonito, mas à vezes o tempo prega-nos estas partidas e num ápice, nuns minutos, perdermos tudo aquilo que tínhamos investido, que seria a nossa colheita, o nosso pão de cada dia.

Isto não adianta muito, é uma palavra de solidariedade, de sentimento e na medida do possível, os agentes locais, regionais ou até a nível nacional, que possam eventualmente ajudar no que quer que seja e se a Câmara puder, por seu intermédio, em coordenação com os Srs. Presidentes de Junta nas regiões afetadas, algumas diligências, nesse sentido de poder colmatar esses prejuízos.

Para terminar, Sr. Presidente da Mesa, dizer o seguinte:

O estado da justiça, que tanto se tem falado ultimamente. Eu vou referir-me só àquilo que é um exemplo concreto, que passa por mim e que tem a ver com um processo que estava aqui no Tribunal da Comarca de Mirandela, mas neste momento eu não sei onde está.

O Sr. Deputado Municipal, (com todo o respeito) *Dinis Humberto Veiga*, ainda há bocadinho falou: “daquelas duas cabecinhas, vem isto e aquilo...”

Agora é assim: duma cabecinha também muito ilustre, *Paula Teixeira da Cruz*, vem uma reforma, (em meu entender) mas que reforma? De emperramento.

Por exemplo em julho, endosseí um requerimento a pedir um determinado documento de um processo que tenho instaurado aqui no Tribunal da Comarca e até hoje, um documento fácil, sob a forma de certidão, até hoje, essa certidão não foi passada, pura e simplesmente.

O processo neste momento não está no Tribunal de Mirandela, não sei se está em Vinhais, se está em Bragança, portanto isto é confrangedor...

E queria contar este episódio, que é verídico, há dias, fiquei refém no Tribunal, por algum tempo, porque de facto as pessoas ficam indignadas. Eu estava lá a tratar deste assunto, mais uma vez, a ser persistente e entra um casal indignado e revoltado... não conheço as razões, mas pura e simplesmente fecharam a porta e disseram: aqui ninguém sai para fora.

Ficou ali toda a gente; os funcionários que também não têm culpa nenhuma, pela embrulhada em que os meteram e eu fiquei também, enquanto não chegaram as forças policiais. Vejam o estado em que isto se encontra. Caótico, digamos assim.

A terminar, para dizer que as pessoas têm direito à sua indignação. Eu, de manhã comecei praticamente a minha intervenção nesta Assembleia e citei o *Luther King* e agora até me atrevo também noutra situação, que diz: que é nosso dever moral e obrigação,



mostrar afincadamente a nossa indignação contra uma lei que é injusta, uma lei que foi apressada e que prejudica e que está a prejudicar Mirandela.

Eu gostava de ouvir vozes mais ativas, também nesta indignação, porque é uma obrigação de todos nós, expressá-la.

----- **Deputado Municipal, Pedro Beato (PSD):**

Boa tarde Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia.

Faço uma intervenção para tentar ligar vários pensamentos que fui ouvindo ao longo do dia.

Eu, fui relacionado com a Festa de Golfeiras. Efetivamente era o Secretário, (não o Presidente) o Presidente era o Sr. Tadeu. Já agora ficou por falar também, da festa da Freixedinha, mas não é esse o aspeto.

O meu aspeto era mais no contexto cultural e na importância como ele está a ser visto na nossa região (e bem, na minha opinião) e é para dar uma prova desse contexto.

Relativamente ao património:

Quando falamos em património, nós estamos a falar da nossa cultura, do nosso património, da nossa identidade.

Quando estamos a falar do nosso património, normalmente temos a tendência para pensar nos contextos relacionados com monumentos nacionais, imóveis de interesse público, protegidos ou delimitados, imóveis de interesse concelhio, valores históricos de arqueologia e não saímos muito deste contexto.

Ora, a cultura e o património e a nossa identidade são muito mais, mas mesmo muito mais, do que estes aspetos.

Quando se falou em festas de cariz popular, como nós fazemos aqui em Mirandela, elas têm normalmente dois aspetos: um é o religioso e outro é o profano.

Sobre o aspeto religioso, é difícil ouvir comentários negativos, mas o mesmo já não acontece com a parte profana, fundamentalmente relacionado com os ruídos.

Considero que isso deve ser um aspeto discutido, aliás, como já foi, o Sr. Presidente da Câmara já manifestou a sua preocupação com esse contexto, quer hoje, quer em reuniões particulares, com as pessoas que têm feito as festas.

De qualquer maneira, as festas são um aspeto marcante da nossa comunidade e nós temos no livro de “Autos da Câmara”, mais antigos que nós temos, como é conhecido, data de 1690.

Nessa altura já existia “S. Sebastião” e com as suas atividades, relacionadas neste contexto. Também já existia a capela de S. Francisco, que hoje é chamada a Capela de nossa Senhora do Ó.

Desde meados do Século XIX, que se passou a fazer a festa de Nossa Senhora do Ó. Isto significa que estas festas que nós fazemos, umas extraordinariamente significativas, como as da cidade e da Nossa Senhora do Amparo, outras não tão significativas, mas muito importantes, porque desde 1690 que Mirandela tem uma relação de vida com estas festas e desde 1690 - (não estou a falar das Festas de Nossa Senhora do Amparo, essas são mais tardias, começaram em 1876) que estas festas vão marcando a vida da nossa comunidade, vão ligando gerações, favorecendo convívios e são efetivamente, veículos de cultura.

Este contexto de cultura vai para lá das festas, vai para lá das igrejas, vai para lá daquilo a que nós chamamos normalmente estes monumentos e estes imóveis todos.

Portanto: “pontes”, “castros”, “núcleos urbanos ou rurais”, “azenhas”, todos eles, de facto, são aspetos importantíssimos da nossa cultura, marcam um tempo e que nós gostamos de preservar e gostamos de respeitar.

Ao falar de património, gostava de acrescentar aqui um aspeto que eu acho que é muito importante e que em Mirandela, estou a sentir, quer nos Presidentes da Junta na generalidade, quer nos movimentos sociais.

Estou a sentir que, de facto, há uma grande vontade de complementar a nossa vida política, democrática e ao nível da lei, com o aspeto social. E o aspeto social, desde que eu assisti às campanhas eleitorais e aos discursos aqui, fiquei muito satisfeito, eu sinto que no Artigo 2.º da Constituição, estamos a incluir lá o que é a nossa vida social e os valores da nossa vida social.

Nesse aspeto e com respeito por esta Assembleia e pelo nosso concelho e pelo trabalho que a Câmara está a desenvolver, nós próprios, na nossa maneira de pensar e de agir, também somos património. Somos um elo de ligação cultural entre gerações e isto tem que ser um património que também se vai aperfeiçoando e que vai ganhando consistência.

Este património que somos nós, com os nossos princípios, com a nossa ética, com o nosso trabalho, caráter, humanidade, consciência, gosto, isto é património e é património muito importante. Devem salvaguardar a nossa herança comum, claro, que é ao que habitualmente chamamos património no sentido normal, bens que devemos promover e valorizar (estamos a fazer isso, eu tenho essa consciência) dar vida a estes valores culturais.

Para isso, empenhamo-nos na conservação, na sensibilização, na utilização, que é exatamente a melhor forma de sabermos utilizar todos estes aspetos em que estou a falar.

Utilizar devidamente, para que não sejam retirados ou alienados de forma indevida, para que não haja utilizações arbitrárias, ou desvios ou furtos O melhor trabalho que nós temos, no contexto da cultura e da responsabilidade é pugnarmos por estes valores todos que estive a referir.

Estão a acontecer coisas, ainda agora recebi um convite para uma Feira da Azeitona e da Mecanização, e neste fim de semana, por exemplo, em Abreiro, a recuperação do Património do Museu *Adérito Rodrigues*, criado na Casa do Povo, promover uma feira para juntar certames temáticos, como já fazem nas freguesias do concelho de Mirandela, frequentemente e bem.

Aprendemos o caminho da vida e dos trabalhos da população, promovemos a comercialização dos seus produtos.

Estes aspetos, acabam por ser também um desafio a nós próprios e aos residentes, para se desenvolverem e criarem condições administrativas e logísticas, para que aquelas regiões, que fazem parte do nosso concelho, sejam um núcleo rural para o turismo, mas também de formação e cidadania dos residentes, um espaço, no fundo, de educação cultural e social.



----- **Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De uma forma muito simples e muito rápida, porque os meus conhecimentos de natureza jurídica são muito escassos e ouvi o Sr. Presidente da Câmara de Mirandela, citar a Lei 50/2012, de 31 de agosto, em que a Câmara se devia libertar de todas as suas intervenções tipo mercantilistas, eu gostava de perguntar se o Hospital Terra Quente também está incluído aqui. E como eu defendo que a Câmara não devia estar envolvida no capital do Hospital Terra Quente, eu pergunto se também se vai libertar deste compromisso.

----- **Deputada Municipal, Isabel Barreira (PS):**

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, restantes Membros, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores.

É a primeira vez que hoje me dirijo, por isso apresento os meus cumprimentos.

Eu confesso que hoje não era para fazer qualquer intervenção, mas como entretanto tivemos o período do almoço e como é sabido eu não tenho estado cá em Mirandela e tive a oportunidade de me inteirar das notícias da comunicação social local.

E venho mais uma vez falar sobre a questão do Tribunal de Mirandela e da reforma do Mapa Judiciário.

Não ia falar sobre isto, porque acho que as tragédias tem que se evitar não têm que ser lamentadas. Quanto a isto, a reforma entrou em vigor, é o que se está a ver, o caos que está instalado, a justiça não está a funcionar, está pura e simplesmente parada.

Relativamente ao Tribunal de Mirandela, tivemos processos que foram para Bragança e funcionários que saíram também do tribunal de Mirandela, portanto vê-se reduzido na sua atividade.

Quando eu disse que vinha mais uma vez falar sobre este assunto, não foi uma afirmação inocente, Sr. Presidente, porque eu falei aqui sobre isto na última Assembleia Municipal, bem como o Deputado *José António Ferreira*. Aliás, lembro-me que falei aqui numa manifestação que ia ser organizada em Lisboa, precisamente pela Ordem dos Advogados, mais concretamente pela Dr.ª *Elina Fraga*, que é militante do Partido Social Democrata, como pode ver, isto não é uma questão partidária, isto é uma questão de cidadania, contra a qual todos devemos manifestar-nos.

E tomei conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara, também honra lhe seja feita, cedeu o transporte para quem quisesse ir à manifestação, mas isso não é tudo Sr. Presidente. Deveria ter divulgado, porque a Ordem dos Advogados, enviou uma carta à Câmara Municipal a pedir a divulgação do evento e essa divulgação ou não foi feita ou foi muito mal feita.

Foi com alguma surpresa que ouvi declarações que foram prestadas na rádio, a propósito de um comunicado da concelhia do Partido Socialista, que dizia que o Sr. Presidente não tinha tido nenhuma intervenção pública a cerca da Reforma Judiciária e o Sr. Presidente veio dizer precisamente isto: “*A preocupação demonstrada pelos socialistas de Mirandela, é tardia e surge agora por oportunismo político, numa altura em que o assunto é mediático.*”

A preocupação do Partido Socialista de Mirandela não é tardia, a preocupação foi aqui manifestada e aquilo que ia a acontecer com os tribunais e com a reforma judiciária, foi aqui, mais do que debatida, pelo Partido Socialista.

Portanto, eu não podia deixar passar estas afirmações em branco e vir aqui repudiar essas informações que foram imputadas ao Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Sá (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, restante Vereação, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, boa tarde a todos.

A minha vinda aqui hoje é muito breve, vou falar, secundando o Professor Pedro Beato, que falou sobre a Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola, que irá decorrer em Vale de Gouvinhas, nos próximos dias 18 e 19.

Esta vinda aqui, não é mais do que o endereçar de um convite a todos os Membros desta Assembleia, da Mesa e da Câmara Municipal, para a participação e dizendo aqui um bocadinho do programa:

No dia 18, às 14 h. 30 m., será a abertura oficial, iremos ter um Seminário sobre a temática da mobilização dos solos/não mobilização, aplicação de herbicidas/não aplicação de herbicidas e também a prevenção dos riscos no manuseamento de máquinas e alfaías agrícolas. Nesse sentido, fica aqui o convite feito.

No domingo temos também um passeio pedestre, temos uma jornada de caça e na parte de tarde de Domingo, temos uma demonstração de apanha mecânica de azeitona, recorrendo a tratores, com os varejadores frontais, sempre no contexto da segurança.

Estão todos convidados. A algumas pessoas já tive a honra de dar o convite em mão, a outras não foi oportuno, mas deixo aqui nesta mesinha os convites...considerem que os entreguei pessoalmente a todos.

Esperamos por vocês. Muito obrigado.

----- **Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais.

Eu não tinha intenção (digo com toda a verdade) vir aqui hoje falar, porque não tinha razões para isso, mas não sei se para se meterem comigo, se para me espicaçarem, ou se, para qualquer outro efeito, senti-me a partir daqui, na obrigação de vir cá falar.

Isto é a propósito do Fundo de Investimento da EDP, para as compensações ambientais. Isto serve para me congratular e ao mesmo tempo me lamentar.

Para me congratular, porque isto foi alvo de algum humorismo, mas eu levo as coisas muito a sério.

Até que enfim e espero que seja definitivo, já que não houve outra solução. Até que enfim que aparece um projeto de florestação na Serra de Santa Comba. Não aparece um projeto de florestação na Serra dos Passos.

Ou as entidades devidamente informadas e competentes se convenceram e capacitaram que de facto, a não ser a serra do Franco, a serra dos Passos, das Lamas e de Suções, só pode ser uma serra, de facto, que é a serra de Santa Comba.

E então, o projeto de florestação é “Serra de Santa Comba”, com o qual eu concordo e pelo qual eu não vinha cá dizer absolutamente nada.

Quando as coisas correm como devem correr, não tenho que vir aqui dizer aquilo que está certo.

Agora, uma lamentação.

O que eu não percebo (talvez até perceba, porque entretanto fomos ultrapassados pelas condições climáticas, pelos fogos e pelos incêndios) é porque é que a Serra de Santa Comba também não tem projeto de florestação no Franco... aí é que eu já não percebo. Talvez porque a serra na altura estava florestada, isso é verdade... se essa é a razão, não tenho nada a dizer.

Se não é florestado o Franco porque adquiriu o nome de Santa Comba, que eu sempre lutei por isso, mas fico contente na mesma.

----- **Deputada Municipal, Rita Messias (PS):**

A sinalização rodoviária tem como objetivo ajudar o condutor e deve ser respeitável para ser respeitada, sendo que as indicações que transmite devem ser compreensíveis, credíveis, coerentes e adaptadas aos contextos locais. Para tal deve ser cuidadosamente concebida e baseada em princípios, tais como, entre outros:

- Homogeneidade – que tem a ver com a utilização das mesmas regras em toda a rede, pois a sua falta conduz à falta de confiança o que contribui também para o desrespeito;

- Simplicidade – facilitando o trabalho do condutor, assegurando sempre a sua segurança.

Ora, recentemente foram efetuadas em algumas estradas de Mirandela, Marcas Rodoviárias que em nada obedecem aos princípios acima referidos.

Estou a falar concretamente da Avenida dos Bombeiros e da Avenida de S. João, no troço junto às Bombas da Total, onde foram colocadas Marcas Rodoviárias com traço contínuo, onde anteriormente era descontínuo.

Na Avenida dos Bombeiros, por exemplo, os moradores para entrarem para as suas garagens quando se encontram na faixa a subir, são obrigados a fazer um percurso significativo para fazerem a inversão de direção, o que no final do ano se traduz em custos acrescidos, quando se trata na realidade de uma reta e de facto que anteriormente o traço era descontínuo. Existem outros locais com situações semelhantes, como por exemplo a Av. das Amoreiras, onde o Traço das Marcas é descontínuo.

Nem os carros dos Bombeiros podem passar diretamente para a outra faixa, sem terem de subir vários metros e fazerem inversão de marcha.

Eu pergunto ao Sr. Presidente:

Para o planeamento desta sinalização foram ouvidos os especialistas?

Quais os critérios que estiveram na base da sinalização rodoviária, concretamente, nas Avenidas referidas?

Para uma maior homogeneização e simplificação do trânsito e da vida dos Mirandelenses, solicita o grupo parlamentar do PS a este Município a alteração das Marcas de sinalização Rodoviária referidas, garantindo, como é óbvio, as condições de segurança.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Torre de D. Chama, Fernando Mesquita (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a todos muito boa tarde.

Já devem ter percebido o que é que me traz aqui hoje, para vos falar. Mas antes disso, permitam-me três notas prévias:

A primeira, para manifestar o meu descontentamento por verificar que o pedido/sugestão, que deixei na Assembleia de abril, não colheu a melhor atenção por parte desta Assembleia e assim, em vez de estarmos hoje na Torre, a realizar esta sessão, estamos em Mirandela.

É certo que o Regimento prevê que as sessões possam ser noutros locais, falta agora saber quem é que vai entender quando elas são relevantes ou não, para se realizarem fora da cidade.

A outra nota é para agradecer as palavras simpáticas do Deputado “Dinis Veiga” a cerca do Vigésimo Quinto Aniversário da Elevação da Torre a Vila e para lhe dizer que na próxima Assembleia de Freguesia, no dia 30, transmitirei esse agradecimento.

A terceira nota, era para dizer também, já que se falou aqui muito da justiça, que como é óbvio, não concordo com a reforma que foi feita, mas o que é certo é que ela já foi implementada e entrou em vigor no dia 01 de setembro.

Parece que será irreversível, acho que o melhor que temos a fazer, é ainda podermos fazer alguma pressão, para que se cumpra a lei. E a lei diz claramente que os tribunais se podem deslocar para fazer julgamentos aos antigos tribunais extintos e assim minimizar os transtornos para a população, quer para as partes, quer para os advogados, quer para toda a gente que tenha de se deslocar.

É mais fácil deslocar-se o tribunal, com três, quatro ou cinco pessoas, do que fazer deslocar testemunhas, partes, advogados e quantas vezes, para chegarem lá e ficarem a saber que o julgamento ficou adiado para data posterior.

Por isso, acho que devemos é pensar em conjugar esforços para podermos pressionar, para que isso seja cumprido.

O assunto que aqui me traz hoje, é de facto dizer-vos que a difícil situação económica e financeira que o país atravessa, em geral, todo o país, mas o interior em particular, é importante constatar-la.

É importante ainda, identificar as causas, mas mais importante do que isso, é tentarmos arranjar soluções para se não acabar com elas, pelo menos minimizá-las.

A falta de trabalho nas freguesias e no concelho, são por demais evidente e por consequente, causam graves problemas para as populações.

Mas devo reconhecer que quer a Câmara Municipal, quer as Freguesias, têm feito esforços e um trabalho apreciável, no sentido de dinamizar a economia local, de forma a que esse impacto social seja o menor possível.

São prova disso, os eventos, as feiras temáticas que a cidade realiza, que as várias freguesias têm realizado, como são exemplo disso: Carvalhais, Mascarenhas, S. Pedro Velho, Vale de Gouvinhas, Avidagos e perdoem-me algumas, se eu não as referenciar todas.

Algumas delas já estão plenamente implantadas, outras estão a fazer o seu caminho. Aproveito até para dizer ao meu colega de S. Pedro Velho, ao *Carlos Pires*, que quando não tiver espaço em S. Pedro Velho, para a Feira dos Morangos, disponha do espaço que temos na Torre de D. Chama.

Isto é o que se passa nas outras freguesias.

O que eu não entendo, nem consigo compreender é que, como sendo a Torre uma das mais importantes freguesias do concelho, nunca tivesse tido qualquer evento ou qualquer feira desse tipo, nem tão pouco, pelo menos nos últimos anos tenha participado nas feiras das outras freguesias e nomeadamente nas da cidade.

E é para colmatar essa lacuna que no esforço de contra relógio, só tomámos posse no dia 25 de maio, resolvemos pôr fim a essa lacuna. Ainda por cima, sempre que falava com alguém isoladamente, toda a gente me dizia que era necessário fazer isso na Torre.

Ora, se era necessário fazer isso na Torre e toda a gente estava de acordo, o que é que faltaria para que a Torre acordasse essa necessidade. E foi fácil obter a resposta a essa pergunta.

Se bem o pensei, bem o fiz, despi-me de qualquer preconceito e não me importei de descer à terra.

Peguei nas pessoas interessadas e que dizem que é necessário fazer alguma coisa e juntei-as a uma mesa, pedi-lhes que lançassem as suas ideias, perguntei-lhes se estavam dispostas a trabalhar e a resposta foi positiva, não podia ser melhor.

Assim, resolvemos rapidamente, elaborar um programa para a realização da 1.ª Feira do Artesanato, da Caça e dos Produtos Regionais, que espero eu e assim o desejo, que venha a ser um sucesso e que fique de pedra e cal para os anos seguintes.

É claro que o sucesso dessa feira não depende de um homem só, nem tão pouco de uma pequena equipa. Esse sucesso não seria possível ou não vai ser possível, se não fosse a disponibilidade, desde logo do Sr. Presidente da Câmara, ao aceitar de braços abertos a ideia. Depois, a disponibilidade e o empenho de todos os funcionários da Câmara, a quem tive que recorrer, desde o mais humilde, até ao Sr. Presidente, passando pela Vereação, todos se mostraram disponíveis para o efeito e é com a ajuda deles, que vamos garantir, que a primeira grande Feira da Torre, do Artesanato, da Caça e dos Produtos Regionais, irá com certeza ser um sucesso.

Mas esse sucesso, também necessita sobretudo que vocês e que mais gente, estejam presentes. Eu não tive hipótese de fazer convites em papel, mas penso que já chegaram a todos, os convites via e-mail. E se alguém ainda não recebeu, peço desculpa, mas a indicação foi nesse sentido, de convidar toda a gente, para estarem presentes, quer como expositores, quer como visitantes / compradores, porque a feira só se conseguirá fazer se tivermos muita gente a expor os seus produtos e também muita gente a visitar-nos e a comprá-los.

Muito rapidamente vou-vos dar umas pinceladas sobre o programa dessa feira:

2. No dia 04, iniciaremos com uma montaria ao javali, que irá terminar com um almoço, cerca das 15 h. 30 m. da tarde. A feira propriamente dita, abrirá oficialmente cerca das 16 h., com a presença do Sr. Presidente da Câmara, que fará o favor de nos dar o prazer da sua presença.
3. A seguir teremos um concerto da *Esproarte*, a quem eu, desde já, endereço os meus agradecimentos, pela disponibilidade manifestada, seguidamente iniciar-se à propriamente, a feira.
4. No Domingo, continua a feira de manhã e à tarde teremos a presença do Rancho Folclórico de S. Tiago, que também fez o favor de querer participar, a quem também agradeço.

E à noite, teremos a exibição de uma peça de teatro, com o grupo "*Portuga e por nada*", também agradeço essa presença.

Deixo-vos aqui, mais uma vez o convite, para que estejam presentes, até porque é a primeira e precisamos que esta feira seja de facto, um sucesso.

E o sucesso da Feira da Torre, é também o sucesso do nosso concelho.

Muito obrigado a todos.

----- **Deputado Municipal, António Figueiredo (PSD):**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras, caros Deputados Municipais.

Ao Sr. Deputado Municipal *Carlos Fraga*, à Sr.ª Deputada *Isabel Barreira*, eu concordo consigo, mas eu não a vi aqui, quando se falou no encerramento do hospital. Não a vi com a tarjeta, rua abaixo, rua acima...eu não os vi aqui nesta Assembleia, a falar sobre esse encerramento.

O antigo Presidente da Câmara, pôs umas tarjetas no IP4, "*Aqui acaba Portugal*"

Eu nunca a ouvi falar disso aqui Sr.ª Deputada. Não estava cá, mas nem alguém do seu partido, falou nisso.

Eu também não concordo com o Mapa Judicial, mas assumo essa frontalidade e essa responsabilidade. Muitos do PS, não assumiram isso, na sua devida altura e no seu devido tempo.

Portanto, é espantoso e inacreditável vir-se agora aqui bradar aos céus e dizer "*Aqui d'el rei*", que está tudo mal...há que mudar tudo.

Isto não é uma questão partidária, não estou aqui a falar em termos de partido, eu sou mirandense, nasci cá, vivo aqui há 56 anos, gosto muito da minha terra e sou frontal naquilo que digo, em relação à minha terra. Seja quem for, seja qual o partido que estiver, eu não concordo, mas nunca vi aqui ninguém do seu partido, a dizer que concordava, quando foi do encerramento do hospital. Isso é que era de louvar.

Algumas pessoas vêm aqui, tipo engraxa...e vão embora outra vez e vão para bons sítios, bons lugares e passam e continua e continua.

Este era o meu ponto em termos introdutórios.

Eu não vinha falar nisto, vinha falar noutra situação, que para mim é o futuro do nosso país, é o futuro de Portugal e é o Portugal 2020: é a mobilização dos parceiros económicos, sociais e territoriais.

Temos que alterar as razões estruturais e conjunturais, para fazer uma trajetória de ajustamento, promovendo a alteração dos paradigmas, das políticas públicas e do desenvolvimento.

A criação de riqueza e de emprego, pelas empresas e pelo investimento do produto.

A concretização do princípio da solidariedade, assumindo que as instituições, os agentes e as intervenções mais próximas dos problemas a superar e das oportunidades a realizar, são os mais eficientes e eficazes.

A focalização nos resultados, a concentração no número limitado nos domínios de prioridade, criando os requisitos necessários, que a focalização nos resultados seja efetiva.

A atenção, o apoio e o estímulo ao empreendedorismo e aos promotores de investimentos, assumindo o termo das atitudes e dos comportamentos focalizados nas entidades públicas e nos procedimentos administrativos; o incentivo e o estímulo à cooperação e à integração entre atores e entidades; a coordenação e integração de intervenções e financiamentos; a otimização da utilização dos efeitos e dos impactos dos recursos financeiros públicos, assumindo o primado da racionalidade económica, na atribuição dos recursos e na gestão operacional e consagrando a monitorização e a concretização dos financiamentos, bem como a adoção generalizada, das modalidades de financiamento reembolsável e em especial, com a mobilização dos recursos financeiros privados.

A simplificação de procedimentos que associem à redução de custos administrativos suportados pelos beneficiários.

E resumo:

Toda esta política de desenvolvimento económico e social, ambiental e territorial, será necessária para apoiar, estimular e assegurar um novo ciclo nacional, de crescimento regional e de crescimento nacional, em termos de criação de emprego e de um país mais sustentável.

Portugal 2020, estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais, para promover no nosso país, na nossa região, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

----- **Deputado Municipal, José Domingos Carneiro (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais.

Estou aqui na qualidade de Membro desta Assembleia, de pleno direito e também de Presidente da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente.

Tive o prazer de hoje, dar a conhecer aqui um dos produtos novos do nosso concelho e da nossa região e agradecer a todos o carinho e o empenho que tiveram no apoio a esta iniciativa.

Queria também dar a conhecer o desenvolvimento que a apicultura teve no nosso concelho.

Somos a terceira maior organização apícola do nosso país; somos o segundo concelho do país que mais mel produz.

Temos neste momento, já, quatro técnicos superiores a trabalhar na Cooperativa e com a hipótese de colocar mais dois.

Estamos a realizar um trabalho que me parece de grande importância, uma vez que damos apoio gratuito à agricultura e refiro-me à polinização das árvores: das amendoeiras, das frutícolas...enfim, da manutenção de todo o ecossistema que nós temos em nosso redor, de uma forma gratuita.

Vemos que este ano a “amêndoa”, por exemplo, nos produtos da nossa região, está com preços elevados, porque os americanos têm grande dificuldade em adquirir abelhas para polinizar as suas amendoeiras. Logo aí, as produções na América, nos Estados Unidos, caíram muito e daí o preço elevado que se pratica na nossa zona.

Queria dar a conhecer também, para aqueles que não têm acompanhado a nossa atividade, já realizámos aqui em Mirandela, um Fórum Nacional, onde estiveram uns milhares de apicultores do país. Tivemos ainda este ano a decorrer um Congresso Internacional, onde tivemos cerca de 150 investigadores de várias Universidades da Península Ibérica, sobretudo de Itália, Portugal e Espanha. Dizer também que estamos no caminho do progresso.

A apicultura está de uma forma implantada no nosso concelho e na nossa região, que temos acesso oficial de cerca de 12 concelhos, em Mirandela. Damos apoio a cerca de 400 apicultores e 50.000 colmeias.

Isto quer dizer que, há aqui também, muito esforço. Há alguém que se dedica de uma forma também gratuita, há uma equipa técnica competente no terreno e queria dizer também, que não bastante, a Câmara Municipal tem acarinhado todo este desenvolvimento.

Cada vez que nos dirigimos ao Município, voltamos sempre de lá agradados, tal como acontece com outras organizações do nosso concelho.

Fizemos já protocolos com algumas entidades, para promoção dos produtos...ficámos gratos.

Mas isto não chega, nós queremos chegar mais além, queremos enveredar pela promoção a nível internacional e pela comercialização. Para isso, estamos a fazer estudos para um projeto, para criar na zona industrial, uma Central Meleira moderna, onde se possa extrair o mel a todos os apicultores, onde se possa embalar e comercializar.

É este o nosso pressuposto, a nossa intenção, pensamos que isto é possível, (sabemos que não é fácil), é para isso que estamos a trabalhar.

Contamos com os agentes, sobretudo com os municípios que fazem parte da sede social da organização, mas mais concretamente do de Mirandela, porque é aqui que está instalada a Organização. Estou certo que iremos ter esse apoio. Das reuniões que temos tido com o Executivo, assim o manifestaram.

E queria de uma forma muito agradecida, agradecer-lhes também o apoio e o carinho que nos deram na “Prova de Mel”.

----- **Deputado Municipal, David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deve haver algum equívoco, porque creio que nenhum hospital fechou.

Relativamente ao Sr. Presidente da Junta, é preciso apresentar proposta, eu, já uma altura apresentei uma proposta que foi votada pela Assembleia e fomos reunir a Assembleia na Torre de D. Chama.

Agora, apresenta-se a proposta e a Assembleia assume se quer ou se não quer. Provavelmente a Comissão Permanente verá se há condições ou se não há condições, mas tem que haver uma proposta a sério, porque palavras leva-as o vento.

Relativamente àquilo que me trazia aqui, eu peço desculpa se a situação está resolvida, mas se não está, fica à consideração de V. Ex.ª s. (Executivo).

Há uma variante que liga a Avenida Sá Carneiro, até à estrada que vai dar a S. Pedro de Vale do Conde, que foi arranjada, é uma variante que poupa alguns quilómetros a quem vai para aquela zona, mas o que notei, aqui há dias que lá passei, é que não há uma seta indicativa a dizer “Mirandela” e as pessoas têm que ir ao Campo de Aviação para virem para Mirandela, aquelas que desconhecem. Portanto era uma placa pequenina a dizer “Mirandela”.

Uma outra situação, (que já apresentei noutra fórum) mas é aqui que a devo apresentar.

É a sinalização vertical existente a meio dos passeios.

Se o tubo for localizado na berma do passeio, a placa pode vir para fora da estrada, mas se o tubo for em “L” para dentro, pode levar perfeitamente a placa e não impede, porque eu já presenciei, invisuais a irem contra a sinalização vertical existente.

E já agora, há tantos funcionários da Câmara e não vêem as placas da travessia de peões, que estão ao contrário, onde estão colocadas!..Eu refiro uma, por exemplo, que é junto ao campo da bola, em frente ao Nicho de S. Sebastião.

Eu sei que já foi reparada, mas volta a estar lá outra vez...sei que há gente que se entretém, mas deve caber também à Câmara Municipal, corrigir essas situações.

Muito obrigado.

----- **Deputado Municipal, Marcelo Lago (PSD):**

Muito boa tarde Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais e cumprimento a todos respeitosamente.

Eu não estava inscrito e agradeço à Mesa por ter aceite a minha inscrição já ultimamente, porque tinha saído e quando ia a entrar na sala, a Sr. Eng.ª Rita Messias estava a falar na Avenida dos Bombeiros Voluntários, sobre trânsito e falou nos Bombeiros.

Por esse motivo, eu é que pedi para poder dizer aquilo que eu penso a respeito do trânsito, na Avenida dos Bombeiros Voluntários e concretamente, no que diz respeito aos Bombeiros.

O que estava, estava mal, atualmente, em questão de segurança, penso que está razoavelmente bem. Inclusive, as próprias viaturas dos Bombeiros Voluntários, têm uma entrada, agora não é uma entrada de qualquer maneira...porque mesmo nas emergências não é para se sair de qualquer maneira, numa Avenida com o movimento que tem aquela. É preciso de facto, ter algum cuidado.

E se nós sairmos dos Bombeiros Voluntários, mesmo numa situação de emergência, saímos para Norte e não temos qualquer problema. Saindo para Sul, aí, temos de vir em baixo e tem de facto o traço descontínuo, para podermos entrar para a faixa que desce a Avenida dos Bombeiros Voluntários.

O traço contínuo, fomos nós, que também sugerimos e os técnicos da Câmara concordaram, que pusessem o traço contínuo também em frente aos Bombeiros.

E porquê? Porque como a Sr.ª Eng.ª sabe, porque reside ali e trabalha ali, frequenta muito aquela zona, sabe que em frente aos Bombeiros faziam ali rotunda, inclusive tratores com reboques. Partiam os passeios, partiam o pavimento em frente aos Bombeiros, o que era de facto lamentável. E aí, isso sim, colocava em perigo o trânsito, naquela artéria.

Conforme está, a única coisa, para haver melhor segurança, que poderia eventualmente melhorar, era, logo que seja possível, a Câmara colocar semáforos de saída e entrada, quando houvesse emergências, controlada através dos Bombeiros, da Central.

Numa emergência em que saíssem várias viaturas, se havia o semáforo vermelho, aí davam prioridade. Logicamente, quando há urgências, há sempre alguma necessidade de o fazer o mais rápido possível e de respeitar as regras de trânsito. Mesmo os próprios Bombeiros, são capazes de sair, numa emergência, passando o traço contínuo, mas isso são casos raros, porque há emergências e emergências...

E quando há certo tipo de emergências, nós, como sabe, em baixo temos o traço descontínuo. Os Bombeiros vêm abaixo com as viaturas e saem para o lado da sua casa comercial e depois descem. E não podem sair de qualquer maneira, há também uma questão de disciplina.

Pode haver um caso ou outro de mais urgência e de várias viaturas, mesmo de incêndios urbanos ou outros e nesse caso poderá causar alguma situação de perigo. Mas conforme estava e conforme está agora, logicamente que a segurança é outra e as pessoas ali, em vez de virarem nos Bombeiros, a 50 metros ou 100 metros, têm uma rotunda localizada no próprio pavimento, virada para a

Reginorde e têm de ir ali fazer a manobra de inversão e não os camiões a partirem e a estragarem os passeios, aquilo que é de todos nós, todos nós temos de pagar, em frente aos Bombeiros.

Mas eu aproveitava para falar de outra situação, penso que o Sr. Presidente da Câmara deve estar atento e que os Regulamentos, quando se fazem, há sempre melhorias que eventualmente podem ser feitas.

Quanto aos estacionamento, as casas comerciais, quer nos Bombeiros Voluntários, quer na Avenida das Amoreiras, penso eu e pensa muita gente, até porque já falei comigo e com a minha mulher, que tem lá uma loja comercial, em que de facto, são penalizados. E porquê? Nós estacionamos um carro e passados cinco minutos, temos de sair meter uma moeda e passados cinco minutos, saiu, perdeu o valor, porque quando chegou, já passou o tempo.

As quatro horas, duas horas de manhã, duas horas de tarde, não resolve o problema de muitos comerciantes, que é o nosso caso.

Se a taxa, em vez de ser de 80, fosse de 100, ou aquilo que o Executivo e depois a Assembleia também, encontrarem razoável, pessoalmente, são as taxas.

Que seja o estacionamento aceite durante as oito horas do dia, do comércio, porque o comércio não beneficia nada que às 13 h 30 m. ou às 13 h., o estacionamento não é pago, como a partir das 19 h. também não é pago. O comércio não utiliza essas horas. A essas horas o comerciante vai almoçar e às 19 h. vai para casa também. Não beneficia nada do facto do estacionamento gratuito.

Quem beneficia e vejam em ter poucos interessados em comprar os lugares, são os residentes. Porquê? Vão dormir a casa às 19 h., já não pagam estacionamento, vão almoçar a casa, não pagam estacionamento, vão para o trabalho levam o carro, não precisam lá do estacionamento. Agora, havia um caso ou outro, que deixavam lá ficar os carros às semanas.

Neste caso concreto, o comércio, em nosso entender e no entender das pessoas que têm ali as lojas, estão a ser prejudicados.

Eu sugeria ao Executivo, logo que possível, se assim o entendessem, rever essa situação.

----- **Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez muito boa tarde.

Apelo à vossa paciência, pretendi fazer esta intervenção para que pudesse ficar registada em ata, na linha e na sequência daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado *António Figueiredo*, porque também vai ficar em ata.

Quanto à questão que ele aludiu “encerramento do hospital”, um lapso, naturalmente que se referia à “maternidade”, queria deixar expresso, uma vez que o Sr. Deputado *António Figueiredo* disse que ninguém do PS participou nessas manifestações, nem esboçou qualquer intervenção contra essa decisão política.

Ora, queria deixar bem claro e que fique em ata, que participei em todas as manifestações ocorridas na cidade, participei na Assembleia Municipal Extraordinária, ocorrida no Parque do Império, votei favoravelmente a Moção que ali foi apresentada e participei na marcha que circundou Mirandela, pelo IP4.

Uma vez que fui englobado nessa ausência, naturalmente que também não posso pedir um esforço de memória tão grande, ao Sr. Deputado *António Figueiredo*, se até o Primeiro Ministro de Portugal se esquece se recebeu ou não da Tecnoforma, se declarou ou não ao fisco, se estava em regime de exclusividade, também não posso fazer esse pedido e esse esforço de memória ao Sr. Deputado *António Figueiredo*.

Mas de qualquer forma também lhe vou dar um contributo para a memória dele, que foi: o número dois da Administração do Hospital que conduziu ao encerramento da maternidade, é hoje o número um, portanto foi promovido pelos bons serviços prestados à causa e foi nomeado pelo PSD neste novo cargo.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começo por responder ao Sr. Deputado *Carlos Fraga*, em relação à questão dos parquímetros e em específico, relativamente à fiscalização.

Costuma-se dizer “preso por ter cão, preso por não ter”, se no dia seguinte a termos colocado os parquímetros a funcionar tivéssemos começado a multar toda a gente que não tinha conhecimento, certamente que iríamos ser acusados, de “quase de agressão”, o que se pretendeu, foi dar um período de adaptação, exatamente para ouvir aquilo que está a acontecer.

Já hoje, poderiam estar os Fiscais Municipais a desempenhar essa tarefa, porque é permitido fazer a fiscalização e a autuação, mas posso-lhe dizer que a partir do dia 06 de outubro, a PSP fará a ronda normal de fiscalização, em serviço certificado, o que significa que quem tiver a atitude de estacionar sem ter o respetivo título, terá de suportar as consequências desse mesmo ato.

Em relação ao Acesso Oeste, sem dúvida que é um remedeio caro, dois milhões de euros que foram gastos, é um remedeio!.. um pequeno remedeio dentro daquilo que são as condições que é possível fazer, tendo em conta que a Câmara Municipal apenas teve de assumir os custos com as expropriações e alguns pormenores de escoamento.

Como esse trabalho é realizado por empresas que estão afetas à CAET XXI, vamos pressionando para que realizem os serviços, mas muitas das vezes não é conforme nós pretendemos e tem-se verificado que há intervenções em que o hiato de tempo entre elas não me parece normal, mas resulta claramente da capacidade que essas empresas têm.

Assim que possível, aparecerá a pintura, se bem que ainda faltam as guardas e mais alguns elementos que irão ser colocados posteriormente.

Ao Sr. Deputado *Faustino*, dizer que é preciso entender que a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determina que as Câmaras Municipais, procedam à dissoluções das empresas municipais em que têm participação maioritária, desde que nos últimos três anos, o resultado líquido das mesmas seja negativo.

No caso da AIN a participação é maioritária, pelo que o procedimento adotado teve em consideração os pressupostos legais. devido à participação indireta que cada Município detém no Matadouro.



Quando à intervenção da Sr.ª Deputada *Isabel Barreira*, dizer-lhe o seguinte: não rejeito acusações, mas rejeito que a verdade não seja dita e em bom abono da mesma, não foi recebida nenhuma missiva na Câmara Municipal, da Ordem dos Advogados. Foi recebido sim, um contacto do Delegado em Mirandela - Dr. *Paulo Sousa*, que também faz parte da Comissão Política do PSD.

Da única coisa que eu posso pedir desculpa é que referencieei a Senhora Bastonária, mas também podia ter referenciado que o Delegado local é Membro da Comissão Política do PSD e é militante do PSD, o que significa que partidariamente, o PSD esteve sempre presente neste processo.

Pessoalmente, sei bem onde estive, quando estive e quais as posições que tenho manifestado, não tenho nenhum problema de consciência e se alguém tem, que o resolva.

Ao Sr. Presidente da Junta do Franco *Paulo Pontes*, gostaria de dizer que as intervenções na serra, nestes casos específicos, são determinados pelo ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ou pela antiga Direção Geral de Florestas, que fazem as intervenções conforme têm disponibilidade.

O que existe, é um programa orientador para toda a serra, que será feito com a prioridade que eles determinem em termos de verbas, acredito que talvez no próximo Quadro Comunitário, já seja mais fácil fazer mais alguma coisa.

Responder à Sr.ª Deputada *Rita Messias*, que com toda a sinceridade nunca intervi, do ponto de vista técnico, exceto quando possa ter alguma coisa a ver com isso.

Irei transmitir as suas preocupações aos responsáveis técnicos, que responderão formalmente. Julgo que até já aconteceu uma resposta dessas, em relação a um pedido que foi feito pelo Centro de Saúde. Iremos compilar a resposta deles, tecnicamente fundamentada e essa resposta depois será analisada se assim quiserem.

Em relação ao Sr. Deputado *David Garrido*, a questão da sinalização, o que aconteceu, é que aquela estrada e mesmo a estrada EN 15-4, estavam num processo de concurso, em que a mesma empresa, independentemente de serem empreitadas diferentes, foi à falência e não concretizou.

Temos estado num processo jurídico que terminou recentemente, difícil, em relação à concretização, porque depois era para existirem transferências de responsabilidades e de outras situações, pelo que essa estrada e a de S. Pedro de Vale do Conde, têm estado, de certa forma, paradas.

A estrada de S. Pedro de Vale do Conde, também não tem sinalização. A única sinalização que existe em S. Pedro, é a que está na EN 15, e foi colocada também pela EN 15, por esse facto, estamos pensar resolver essa situação.

Sobre a questão dos passeios e podia juntar a travessia dos peões, naturalmente que nós temos na rua bastante gente, mas eu próprio, muitas das vezes, ando com o telemóvel na mão e tiro fotografias que mando para os respetivos Serviços, situações que deteto.

Os Serviços não conseguem chegar a todo o lado, estamos a trabalhar em algo que consideramos importante.

Foi aqui mencionado e bem, agradeço ao Sr. Deputado *Silvio Santos*, por ter falado, por exemplo, no “O Meu Bairro”, que é um momento interessante, quando vamos aos bairros falar com as pessoas e pedimos que nos transmitam tudo o que seja informação, individual, comum, para saber o que está e não está bem.

Normalmente nestas sessões, recolhemos sugestões, críticas e identificações de situações e é interessante, mas que consideramos também, que numa perspetiva de espaço público, até pedimos às pessoas para mandarem, até um inquérito muito simples “verde, vermelho e amarelo”, dizendo o que é que acham, se está bem limpo, é “verde”, se está mal limpo é “vermelho”, se está mais ou menos é “amarelo”. É importante que a população nos faça chegar também estas informações.

Independentemente de as pessoas dizerem que há muitos funcionários, que há muita gente na rua...é verdade, nós temos muitos funcionários, mas eu também recorro que esses funcionários estão normalmente afetos a funções e às vezes, o identificar não custa.

O que eu lhe pedia e com toda a sinceridade e com honestidade, é que essas situações nos sejam transmitidas. Até pode ser num papel, pode ser onde quiser.

Estamos a criar neste site que pensamos agora desenvolver, uma Plataforma Eletrónica, onde, clicando na rua, automaticamente aparece um sinal e recebemos essa comunicação nos Serviços e podemos intervir.

Mas o que eu pedia, era que fossem transmitidos formalmente os locais identificados. Nós vamos intervindo noutra espaço urbano, à medida que identificamos os problemas.

Regressando ao estacionamento tarifado, recorro que na avenida das Amoreiras e na rua da República, tivemos manifestações à porta da Câmara, tivemos manifestações a favor do estacionamento tarifário.

Fui várias vezes à avenida das Amoreiras e à avenida dos Bombeiros Voluntários, a Associação Comercial realizou reuniões na própria Associação Comercial, para as quais fui convocado, julgo que ter um “abaixo-assinado”, bastante extenso, solicitando o estacionamento tarifado.

Quando se mudam hábitos, quando se alteram formas de trabalhar, há sempre um momento de ajuste. E nós vamos ouvir, vamos sentir, mas também há conceitos básicos, se queremos o estacionamento tarifado, para que apenas o meu vizinho tire o carro da porta, não vai ser fácil resolver isto, porque o objetivo é ser íntegro em geral e já há exceções, já há várias exceções.

E como funciona em Mirandela, o nosso Regulamento não o inventámos, é igual ao Regulamento dos outros sítios, muito semelhante, com alguns ajustes que possam existir. Os Regulamentos são iguais em todos os lados. E a forma de funcionar é igual em todos os lados, podem haver alguns ajustes em algumas circunstâncias.

Estamos a falar apenas de um eixo que tem estacionamento tarifário. Na envolvente há bastante espaço de estacionamento e vamos ver como é que isso funciona.

Não podemos é estar à espera, que se vamos colocar estacionamento tarifário, amanhã os lugares estejam sempre preenchidos pelos mesmos que já os preenchiam antes, recorrendo, seja a benefícios, seja a outra coisa.

O Regulamento foi feito, lembro que a Sr.ª Deputada *Alzira Ramos*, - no ano passado talvez – chamou aqui a atenção para a questão dos residentes, uma vez que ela até estava no local e depois quando aqui foi feita a aprovação até manifestou, concordava com aquela forma, porque não existia na versão original...agora, vamos ter algum cuidado, vamos adaptar-nos. Estão a funcionar há 15 dias, começaram no dia 16 de setembro, vamos avaliar concretamente e depois vamos ver o que podemos fazer.

A cidade terá brevemente estacionamento tarifado noutras sítios e nessa altura, iremos ver, como funciona também. Não é só nesta rua, porque o Regulamento, como vocês se lembram, pressupõe outras ruas.

Gostava de dizer que por manifesto esquecimento, não falei na questão das Festas de Mirandela e da Confraria.

Quero enaltecer o trabalho que este ano foi realizado, quer pela Confraria, quer por todos os Confrades, mas também principalmente o trabalho que foi feito, de parceria.

As instituições juntaram-se com outras instituições, como a PSP, os Bombeiros e mais uma vez as Festas de Mirandela decorreram com sucesso e principalmente de uma forma normal, “acho que nos orgulha a todos” e gostava que ficasse aqui manifestado o agradecimento da Câmara Municipal, à Confraria.

Termino dizendo, que na minha opinião, nesta sala, ninguém pode dizer que é mais mirandense do que “seja quem for”.

Ninguém pode dizer que defende mais os interesses de Mirandela, do que “seja quem for”.

Eu rejeito dizer aqui, que defendo mais Mirandela do que qualquer outra pessoa, que esteja nesta sala e eventualmente lá fora.

Julgo que aquilo que nos move, não é bairrismo, por isso é que aqui estamos. Agora, também temos que ser justos e concretos e na hora em que o fazemos, que é reconhecer aquilo que é feito, que é realmente reconhecer o que podemos fazer.

Acredito que instituições como esta, devem trabalhar em conjunto, com as dificuldades com que se deparam, principalmente no território de baixa densidade e as acusações individualizadas não contribuem em nada, para aquilo que é o interesse comum do nosso concelho e atrevo-me a dizer, da nossa região.

Informo que amanhã temos em Mirandela 7.000 convidados vindos de Santo Tirso e seria bom que todos os recebêssemos com um sorriso e com alguma alegria, para mostrarmos que Mirandela sabe receber.

Muito obrigado a todos.

## **2.º Período de Intervenção do Público**

### **06 – 2.º Período de Intervenção do Público.**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O último ponto, é o ponto destinado à Intervenção do Público, não sei se está algum Sr. Múncipe que queira usar da palavra e colocar qualquer questão. Não está ninguém.

Antes de encerrar a sessão queria informar os Srs. Deputados que ainda existem alguns livros do “Poder Local”, se porventura estiverem interessados, façam o favor de virem à Mesa.

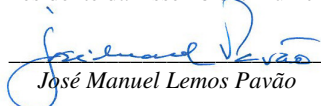
Recomendar também que está a Folha de Presenças aí em baixo e que esta é a última circunstância para assinar e testemunhar a presença.

Muito obrigado e bom dia para todos. Está encerrada a sessão.

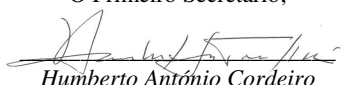
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 17 horas e 15 minutos.

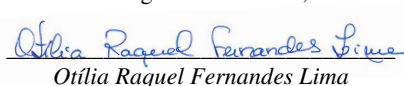
O Presidente da Assembleia Municipal;

  
José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;

  
Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;

  
Otília Raquel Fernandes Lima